

SABER

Cooperar

A revista do cooperativismo

Ano VIII – Nº 25 // JAN/FEV/MAR 2019



SistemaOCB
CNCOP - OCB - SESCOOP



Sementes
Cooperativas promovem a inclusão
de pessoas com deficiência

Três Poderes
Quem tem DNA cooperativista
no novo governo?

Intercooperação
Lições de cidadania
no interior do Tocantins

Junte-se a muitas cooperativas que já estão usando o SomosCoop.



Quanto mais cooperativas aderirem, mais alcance, mais oportunidades, mais resultados.

Carimbo SomosCoop. Juntos por mais histórias de sucesso.

Sua cooperativa também já faz parte do movimento? Compartilhe com a gente.



VEM COM A GENTE
somos.coop.br



Números desta edição

9

cooperativas foram citadas nesta revista. Juntas elas abrangem 4 regiões do Brasil: Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Sul.

6

ramos do cooperativismo estão representados: Agropecuário, Crédito, Educacional, Especial, Infraestrutura e Saúde.

COMO ACESSAR OS RECURSOS MULTIMÍDIA



Tendo o aplicativo QR Code instalado em seu celular, basta abri-lo e direcionar a câmera do aparelho em direção ao código. Escaneie e espere o aplicativo direcioná-lo para o conteúdo.

A MARCA DA Cooperação

Amigo cooperativista,

Você sabia que o ministro da Saúde já foi presidente de uma Unimed? Que o ministro da Casa Civil, Ônyx Lorenzoni já propôs um projeto de lei favorável ao cooperativismo? Que a ministra da Agricultura Tereza Cristina já nos recebeu duas vezes para falar sobre a pauta das cooperativas brasileiras? Essas e outras boas notícias você ficará sabendo nesta edição da Saber Cooperar, que traz um perfil diferente dos ministros e tomadores de decisão do governo Bolsonaro. Até hoje, nenhum veículo de comunicação tinha mostrado quais dessas lideranças conheciam de perto o cooperativismo. Mas nós trouxemos isso pra você, a partir de um estudo realizado pela equipe de cientistas políticos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

De Brasília, voamos até o interior do Tocantins para contar a história do município de Pedro Afonso – uma cidadela agrícola transformada na capital da soja do estado graças ao cooperativismo e à intercooperação de três cooperativas. Juntas, elas conseguiram aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região, melhoraram a qualidade da educação, trouxeram acesso ao crédito, apoiaram projetos sociais e

ainda revitalizaram o lixão da cidade, de que aterro sanitário foi transformado em um praça ecológica. Um exemplo a ser seguido por todo o Brasil.

Também trazemos nesta edição matérias sobre o trabalho de inclusão realizado por nossas cooperativas e sobre o 14º Congresso Brasileiro do Cooperativismo (CBC), que traçará os objetivos de curto, médio e longo prazos do nosso movimento. O evento está mobilizando toda a equipe da Casa do Cooperativismo, que se uniu para tornar esse momento enriquecedor e inesquecível para todos nós. Será imperdível, por isso esperamos encontrar todos vocês, aqui em Brasília, durante o 14º CBC. E atenção: caso você não possa participar, não fique triste. A próxima edição da Saber Cooperar será 100% dedicada a apresentar um resumo dos resultados e das principais discussões do CBC – uma forma de incluirmos toda a base nesse importante fórum de debates cooperativista. cooperativista. Além disso, você poderá acompanhar, de 8 a 10 de maio, as notícias e transmissões ao vivo, direto do CBC, em nossas redes sociais.

MÁRCIO LOPES DE FREITAS
Presidente do Sistema OCB

SESCOOP
CONSELHO NACIONAL
• Márcio Lopes de Freitas – presidente

REPRESENTANTES OCB

Região Centro-Oeste
• Celso Ramos Régis – titular
• Remy Gorga Neto – suplente

Regiões Norte e Nordeste
• Ricardo Benedito Khouri – titular
• Malaquias Ancelmo de Oliveira – suplente

Região Sudeste
• Ronaldo Ernesto Scucato – titular
• Carlos André Santos de Oliveira – suplente

Região Sul
• Luiz Vicente Suzin – titular
• Leonardo Boesche – suplente

Conselheiros Representantes dos Empregados em Cooperativas
• João Edilson de Oliveira – titular
• Luizita Fonseca Leite Pina – suplente

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
• Najara Flauzino Ferro – titular

Ministério da Economia
• Alberto Alves Silva de Oliveira – titular
• Andréia Lúcia Araújo da Cruz de Carvalho – suplente
• Dênio Aparecido Ramos – titular
• Alex Pereira Freitas – suplente
• Thais Barboza de Souza – titular
• Roberta Carolina Rios Bosco Soares – suplente
• Carlos Felipe Alencastro F. de Carvalho – titular
• Joel Amaral Júnior – suplente

CONSELHO FISCAL DO SESCOOP
REPRESENTANTES DA OCB
• José Arilo Carneiro Pereira – titular
• André Pacelli Bezerra Viana – titular
• Ary Célio de Oliveira – suplente
• Jeferson Adonias Smaniotto – suplente

Conselheiros representantes dos empregados em cooperativas
• Evaristo Lunz Gomes – titular

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
• Paula Lobo Ferreira de Assis – titular
• Thiago Vinícius Pinheiro da Silva – suplente

Ministério da Economia
• Ricardo da Costa Nunes – titular
• Luciana Maria Rocha Moreira – suplente
• Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro – titular
• Rogério Nagamine Costanzi – suplente

SISTEMA OCB

No Brasil, o movimento cooperativista é representado oficialmente pelo Sistema OCB, composto por três entidades complementares entre si:

- ✓ **Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop)** – órgão de representação sindical das cooperativas, composto também por federações e sindicatos.
- ✓ **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)** – entidade representativa do cooperativismo no país, responsável pela promoção, pelo fomento e pela defesa do sistema cooperativista em todas as instâncias políticas e institucionais, no Brasil e no exterior.
- ✓ **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)** – integrante do Sistema S, responsável pela formação profissional, pela promoção social e pelo monitoramento das cooperativas.



A revista *Saber Cooperar* é uma publicação do Sistema OCB, realizada com recursos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e distribuída gratuitamente em todo o Brasil.

Gerente de Comunicação:

Daniela Lemke

Conselho Editorial:

Fernando Ripari, Juliana Gomes de Carvalho, Karla Oliveira, Malaquias Ancelmo de Oliveira, Maria José de Andrade Leão, Renato Nobile, Rosana Vargas, Samuel Zanello Milléo Filho e Tânia Zanello

Jornalista responsável: Gisele James

Colaboração: Gabriela Prado, Aurélio Prado e Ana Suelen Troiano

Projeto editorial: Farol Conteúdo Inteligente

Edição: Guaira Flor

Projeto gráfico: Chica Magalhães

Reportagens: Amanda Ciegliński, Guaira Flor, Kelly Ikuma, Lilian Beraldo, Naiara Leão, Paula Andrade, Tchêrena Guimarães

Fotos: Lula Lopes e Jessica Soares

Ilustrações: Kleber Sales

Revisão: Luciana Pereira

Impressão: Mais Soluções Gráficas Eirele ME

Tiragem: 12 mil exemplares

Sistema OCB: Setor de Autarquias Sul – SAUS Qd. 4 Bloco "I" CEP 70070-936 – Brasília-DF (Brasil) – Telefone: +55 (61) 3217-2119. E-mail: revistasabercooperar@sescoop.coop.br



Três Poderes
TEM MARCA DA COOPERAÇÃO NO NOVO XADREZ POLÍTICO



Sementes
NINGUÉM FICA DE FORA



24 *Congresso*
O FUTURO É AGORA!



Entrevista **6**
CAPACITAR PARA CRESCER



Somos Coop **28**
RECEITA PARA O DESENVOLVIMENTO



Intercooperação **32**
REDE DO BEM



Perfil **42**
MARA GABRILLI: UMA SENADORA PELA IGUALDADE



Nossos direitos
POR QUE AS COOPERATIVAS PRECISAM DE UM SINDICATO FORTE?



Artigo **41**
O S DO COOPERATIVISMO

CAPACITAR

para crescer

CONHEÇA UM POUCO MAIS DO SESCOOP E DE SEUS IMPACTOS NO DIA A DIA DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS SOB A ÓTICA DE DOIS HOMENS DAS LEIS

Por Paula Andrade

Toda cooperativa já nasce com algumas marcas inerentes ao nosso DNA: qualidade, força e integridade são algumas delas. Outras características são desenvolvidas com o tempo, como a excelência da gestão, a eficácia dos processos e a habilidade de olhar de maneira estratégica e sustentável para a condução dos negócios. E é para ajudar o cooperativismo a evoluir nesses últimos aspectos que contamos com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) – serviço social autônomo, com personalidade jurídica de direito privado, instituído a partir da Medida Provisória nº 1.715/98, e respectivas reedições.

Em atividade desde 1999, o Sescoop foi criado para aperfeiçoar a governança, a gestão e as atividades de responsabilidade socioambiental das cooperativas brasileiras. Até então, nosso modelo de negócios avançava de forma intuitiva, sem um modelo de governança e planejamento estratégico estruturados. Com o lançamento do "S" cooperativista,

Termo que define um grupo de instituições paraestatais dedicadas à capacitação, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica da principais categorias econômicas existentes no país, incluindo o cooperativismo.

Aldo Leite

Advogado e assessor jurídico do Sescoop Nacional



o governo federal e as cooperativas brasileiras esperavam alcançar um novo patamar de gestão e profissionalização da base de cooperados e colaboradores. Mas será que isso de fato aconteceu?

Para discutir os reais impactos do Sescoop no cotidiano das cooperativas brasileiras, entrevistamos dois profissionais da Lei: o ex-ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU) Valdir Simão, que também já ocupou o cargo de ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (2015-2016); e o assessor jurídico do Sescoop, Aldo Leite.

Saber Cooperar: O que mudou para as cooperativas brasileiras após a criação do Sescoop?

Valdir Simão: A partir da criação do Sescoop, o sistema cooperativista passou a contar com um instrumento para a

promoção da cultura cooperativista e para a formação profissional e desenvolvimento gerencial das cooperativas e seus associados. Investindo fortemente em estratégia e na integração do sistema, o Sescoop vem pavimentando o caminho para o desenvolvimento contínuo do modelo cooperativista brasileiro, que apresenta índices de crescimento surpreendentes.

Aldo Leite: Antes da criação do Sescoop, os empreendimentos cooperativos não tinham o suporte adequado e específico para suas necessidades de aperfeiçoamento da gestão e capacitação de seus empregados. A depender do ramo de atuação, elas tinham de buscar ajuda em diversas outras instituições – públicas ou privadas – que não compreendiam muito bem a essência e os princípios cooperativistas, como a autogestão e a estrutura de governança própria das cooperativas. O Sescoop mudou esse quadro e passou a desempenhar um papel importantíssimo na oferta de soluções para a sustentabilidade do nosso modelo de negócios [veja *encarte especial sobre o Sescoop*].

No atual contexto de reformas políticas e econômicas, qual seria o principal desafio do Sescoop?

V.S.: As cooperativas têm, em seu DNA, o empreendedorismo. A formação de profissionais com essa característica é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico e para a diminuição da dependência estatal. E esse é justamente um dos objetivos estratégicos do Sescoop: capacitar pessoas. Ao participar de vários segmentos da economia nacional, o sistema cooperativista contribui para estimular a produtividade e competitividade, em prol do consumidor e do país.

A.L.: A economia brasileira está passando por um processo de reestruturação. Diversos processos estão sendo reestruturados e a qualificação profissional é o eixo motor desse processo. Nesse sentido, o Sescoop pode contribuir significativamente para o crescimento e aumento da importância das cooperativas na economia brasileira, criando novas oportunidades de geração de renda e trabalho para a população.

Valdir Simão

Advogado, ex-ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU) e ex-ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão



Ilustração: Kleber Sales

E em relação à melhora da eficiência e da gestão das cooperativas, qual é o papel desempenhado pelo Sescoop?

V.S: O papel é central, de identificação e disseminação de boas práticas de gestão e formação de pessoas, o que garante eficiência e entrega de bons resultados.

A.L: O Sescoop detém papel importantíssimo na melhoria da gestão e da governança dos empreendimentos cooperativos, ajudando inclusive na projeção das cooperativas brasileiras no cenário econômico nacional e internacional. Fazemos isso por meio de programas próprios de capacitação – como o Programa de Desenvolvimento da Gestão Cooperativa (PDGC) –, mas também por intermédio de parcerias firmadas com diversos atores nacionais – como Banco Central do Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Unimed, Fundação Sicredi, entre outros. Também firmamos parcerias voltadas para o fortalecimento do cooperativismo com atores internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (Onu), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da Confederação Nacional das Cooperativas da Alemanha (DGRV), entre outros.

Existe diferença entre a chamada “governança cooperativista” e a governança corporativa das empresas tradicionais?

V.S: Governança, gestão de riscos e controles são ferramentas essenciais para organizações de qualquer natureza, públicas ou privadas, de fins lucrativos ou não. Os princípios da boa governança aplicados em empresas privadas devem ser aplicados também nas cooperativas, para garantir um processo decisório equilibrado, transparência e **accountability**.



Expressão inglesa que pode ser livremente traduzida como “prestação de contas” ou “responsabilização da gestão.” Consiste na boa prática de apresentar aos públicos interessados (acionistas, clientes, fornecedores etc.) os resultados financeiros e as decisões estratégicas tomados por uma organização, pública ou privada, durante a condução dos negócios.

A.L: Não obstante os princípios aplicáveis às boas práticas de governança e gestão, sejam universais, transversais e essenciais, temos de ter a clareza: enquanto o modelo de governança corporativa visa atender aos interesses dos sócios ou acionistas das sociedades empresárias em geral, a governança cooperativista é um modelo de direcionamento estratégico fundamentado nos valores e princípios

cooperativistas. Portanto, tem um impacto mais positivo no ambiente no qual está inserido, pois visa garantir a execução dos objetivos sociais e assegurar a gestão das cooperativas de modo sustentável, e em consecução com os interesses dos associados. As boas práticas da governança cooperativista – além de seguir os princípios gerais e as boas práticas de governança e gestão – observam princípios próprios, entre os quais ressalto a autogestão, bem como diversos outros regramentos próprios disciplinados na própria Lei nº 5.764/71. Além disso e a depender do ramo de atuação, observam-se regras/resoluções de agentes públicos normalizadores, a exemplo do Banco Central, para as instituições financeiras cooperativas e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para as cooperativas de saúde. Por isso o Sescoop fomenta tão fortemente o aperfeiçoamento e as boas práticas de governança e gestão nas cooperativas. Acreditamos que essas boas práticas ajudarão no avanço e no fortalecimento das cooperativas e, com isso, a comunidade em volta da cooperativa também será beneficiada.

Todos os anos, o Sescoop realiza a capacitação técnica de milhares de cooperados e trabalhadores de cooperativas. Na sua opinião, a forma de atuação e disponibilização dessas informações está satisfatória? Em que é possível melhorar?

V.S: É satisfatória, mas sempre é possível melhorar, com olhar voltado para as novas tecnologias e para as necessidades do mercado, em constante evolução.

A.L: Sabemos que a atuação e disponibilização das informações, em qualquer instituição, precisam

Curiosidade

O Sescoop é parte do Sistema OCB, composto por três instituições complementares entre si, mas com desafios distintos:

MISSÃO

- Sescoop – promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.
- OCB – promover um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras, por meio da representação político-institucional.
- CNCoop – defender o cooperativismo e os interesses da categoria econômica das cooperativas brasileiras.

estar em constante processo de evolução e interconexão. As ferramentas e os resultados obtidos pelo Sescoop precisam ser mais bem divulgados à sociedade. Temos muito a contribuir com a sociedade e a economia brasileiras, e precisamos divulgar melhor nossas ações.

Sabemos que toda e qualquer organização, seja privada ou pública, pode e deve otimizar recursos e visitar seus custos periodicamente. Na sua opinião, como o Sescoop pode melhorar nesse sentido?

V.S: Inovando e refletindo continuamente sobre o seu modelo de atuação, para identificar novas formas de atuação, em especial com a utilização de tecnologia, bem como para gerar sinergia na utilização dos recursos e das estruturas de cada unidade de negócio.

A.L: Como já dito, toda e qualquer organização, seja ela pública ou privada, deve promover e incentivar a otimização de seus recursos. E

o Sescoop já vem trabalhando nessa tônica há alguns anos. Criamos, por exemplo, um centro de serviços compartilhados que centralizou na unidade nacional, em Brasília, os serviços de processamento da folha de pagamento e contabilidade dos estados. Com isso, conseguimos liberar as equipes das unidades estaduais, que são reduzidas, para se dedicarem ao atendimento das cooperativas. Destaco, ainda, que outras iniciativas estão em processo de reflexão e discussão interna. Estamos, inclusive, dialogando com alguns ministérios do novo governo, no sentido de estruturar uma cadeia de formação e qualificação profissional que fomente a sustentabilidade, colocação ou recolocação profissional dos trabalhadores de cooperativas.

Quais são as expectativas para o Sescoop e para as nossas cooperativas nos próximos anos?

V.S: Tenho confiança que o sistema continuará crescendo de forma



sustentável. O cooperativismo já é compreendido pela sociedade e pelos governos como modelo de negócio capaz de gerar valor aos associados e produzir bens e serviços de qualidade. Também gera oportunidade de entrada no mercado de trabalho para aqueles que pretendem desenvolver determinada atividade econômica, mas dependem de algum tipo de cooperação para isso. Esse desenvolvimento contínuo tem como motor propulsor o Sescoop, seja na formação profissional ou na qualificação gerencial das cooperativas.

A.L: Minhas expectativas para o Sistema Cooperativista Nacional são as melhores possíveis, já que é visível e significativo o crescimento e participação das cooperativas no cenário econômico nacional e internacional. O mundo tem buscado alternativas para um crescimento consciente e sustentável. E cada vez mais, pessoas e organizações engajam-se nesse propósito. Segundo estudo da Nielsen Global de Responsabilidade Social Corporativa, 66% dos consumidores estão dispostos a pagar mais por produtos e serviços advindos de instituições/empresas comprometidas com impacto social e ambiental positivos. E o cooperativismo é uma alternativa extremamente conectada, desde o início, com esse tema e com seus princípios, já que estamos falando de adesão livre e voluntária, gestão democrática, intercooperação, interesse pela comunidade, entre outros temas.

Especificamente em relação ao Sescoop, posso afirmar com a certeza de quem trabalha há 10 anos no Sistema S: fazemos muita diferença na vida dos dirigentes, cooperados e empregados das cooperativas. Os números de crescimento do cooperativismo são fruto direto da atuação do Sescoop na melhoria da gestão e governança das cooperativas.

MINISTRO DA SAÚDE DO GOVERNO BOLSONARO FOI PRESIDENTE DE COOPERATIVA, MINISTRA DA AGRICULTURA RESPEITA NOSSA FORÇA NO CAMPO E SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL TEM FORTES LAÇOS COM NOSSO MOVIMENTO. ENTENDA ONDE O COOPERATIVISMO ESTÁ PRESENTE NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

TEM MARCA DA COOPERAÇÃO

no novo
xadrez
político

Por Amanda Ciegliniski

Em política, é preciso estar sempre um passo à frente. Justamente por isso, antes mesmo de o primeiro escalão do governo Jair Bolsonaro tomar posse, os analistas políticos da Casa do Cooperativismo começaram a montar um mapa estratégico do novo panorama político. Desafio? Conhecer um pouco da história política, dos interesses e do foco das pessoas-chave com as quais precisariam estabelecer um diálogo propositivo. Um trabalho investigativo, que exige muito diálogo, pesquisa e conhecimento do universo do Poder Público.

O primeiro desafio da equipe foi traçar um perfil de cada ministro, além dos secretários e tomadores de decisões de interesse do setor cooperativista. Logo em seguida, eles se debruçaram sobre a lista dos novos deputados e senadores para traçar o perfil do Congresso



Márcio Lopes de Freitas apresenta propostas cooperativistas à ministra Tereza Cristina, da Agricultura

Nacional eleito (*quadro da página 21*). Por fim, nossos cientistas políticos localizaram – dentro da estrutura remodelada dos ministérios —quais são as áreas relacionadas com o cooperativismo. Todo esse estudo foi sistematizado na publicação *Cooperativismo e o Novo Governo*, lançada em fevereiro pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

“A ideia dessa pesquisa é servir de base para a nossa atuação, tanto no Executivo quanto no Legislativo”, explica a gerente de Relações Institucionais do Sistema OCB, Fabíola Nader Motta. “Sempre que acontece uma troca de governo, é importante trabalhar o fortalecimento da imagem, do diálogo e do reconhecimento da importância do cooperativismo para o Brasil como um todo. Economicamente, mas também socialmente, como parte da agenda estratégica do país.”

Com a **fusão de alguns ministérios** e a extinção de outros, novas estruturas surgiram e vão estar sob o radar institucional da Casa do Cooperativismo. A partir dessa reconfiguração, o estudo do Sistema OCB indica 108 cargos de interesse do cooperativismo e identifica os quatro principais núcleos de decisão do governo: o econômico, liderado pelo ministro Paulo Guedes; o militar, centrado na figura do general Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional; o político, comandado pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni; e o da Segurança, que tem como protagonista Sérgio Moro (*veja quadro com o perfil de algumas pessoas-chave do novo governo*).

Um destaque positivo para o setor é o comando do Ministério da Saúde, a cargo do médico e ex-deputado Henrique Mandetta, ex-presidente da Unimed Campo Grande (MS). Já em seu discurso de posse, ele citou nominalmente a importância do cooperativismo: "Vai aqui o meu respeito à OCB e a todos aqueles que militam

Cumprindo promessa de campanha, o governo reduziu o número de ministérios, que passaram de 29 para 22. Algumas pastas foram fundidas; e outras, extintas.

"JÁ ESTAMOS DESENHANDO ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO COM OS MINISTROS QUE PERTENCEM AO NÚCLEO DURO DO GOVERNO. AFINAL, DEPENDE EM MUITO DELES A APROVAÇÃO DE PAUTAS IMPORTANTES, NÃO SÓ PARA O NOSSO MOVIMENTO, MAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL, COMO A REFORMA TRIBUTÁRIA E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA"

Fabiola Nader Motta,
gerente de Relações Institucionais da OCB

no cooperativismo como forma de realização. Não do eu, não do você, mas do nosso, como instrumento de construção coletiva para a execução de inúmeras frentes."

Outro nome importante a ser acompanhado nesse núcleo duro do governo é o do deputado Onyx Lorenzoni, que desempenha um papel vital de relacionamento entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, inclusive tendo participado ativamente nas eleições dos novos presidentes da Câmara e do Senado.

"Por sermos uma entidade de representação política partidária, fazemos questão de manter boas relações com as principais lideranças de todos os partidos, por isso já tínhamos portas abertas com muitos dos políticos que assumiram cargos importantes no novo governo", destaca a gerente de Relações Institucionais da OCB. É o caso de Lorenzoni, por exemplo. "Por já ter uma trajetória parlamentar

consolidada, o ministro da Casa Civil não apenas conhece bem o cooperativismo e o trabalho da OCB, como propôs um projeto de lei – que acabou arquivado – autorizando as cooperativas habitacionais a utilizarem os recursos do FGTS", acrescenta.

Já os ministros que vieram de fora do meio político, como Moro, Heleno e Guedes, ainda não têm ligações diretas com o cooperativismo. "Já estamos desenhando estratégias de aproximação com os ministros que pertencem ao núcleo duro do governo. Afinal, depende muito deles a aprovação de pautas importantes, não só para o nosso movimento, mas para o desenvolvimento do Brasil, como a reforma tributária e a reforma da previdência", analisa a gestora.

Proximidade com o agronegócio

No Ministério da Agricultura, que sempre teve relações muito estreitas com o setor, o comando está com a deputada Tereza Cristina, membro muito atuante da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) e ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Em seus discursos, ela destacou o cooperativismo

como uma prioridade importante para o desenvolvimento de pequenos e médios produtores rurais. Além de Tereza Cristina, o próprio secretário executivo do ministério, Marcos Montes, também tem proximidade com o setor, fez parte da Frencoop e já se reuniu com as lideranças do Sistema OCB para tratar das principais pautas do cooperativismo – entre elas o crédito e o seguro rural.

Outra novidade na pasta é a mudança do antigo Departamento de Cooperativismo, que ganhou o status de secretaria e hoje atende pelo nome de Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. O comando da secretaria ficou com Fernando Schwanke e a direção do Departamento de Cooperativismo, com Márcio Madalena. O desafio assumido é o de trabalhar o cooperativismo – de todos os portes – com foco em gerar renda para os cooperados por meio de uma maior presença em mercados nacionais e internacionais.

O trabalho realizado já tem rendido frutos. Em fevereiro, a ministra Tereza Cristina recebeu do Sistema da OCB o *Plano de Desenvolvimento Cooperativo do Semiárido Brasileiro*, que comporá a estratégia do governo para a região, formada pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. O plano traça um panorama macro com sete eixos de desenvolvimento que possam contribuir para o progresso rural sustentável, o fortalecimento de atividades agroindustriais, a consolidação e expansão da infraestrutura regional e a organização social.

Mais recentemente, em abril, o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, entregou à ministra a versão impressa das propostas do sistema cooperativista ao **Plano Agrícola e Pecuário e ao Plano Safra da Agricultura Familiar – 2019/2020**. Entre as sugestões apresentadas, destacam-se reduzir as das taxas de juros do custeio agropecuário e restabelecer a metodologia de cálculo da exigibilidade de crédito rural para média mensal.



Faça o download da publicação e veja todas as propostas do Sistema OCB para o Plano Agrícola e Pecuário e para o Plano Safra da Agricultura Familiar

Cidadania

Ainda mirando as novas estruturas, o novo Ministério da Cidadania também merece atenção do cooperativismo. A pasta, que está sob o comando de Osmar Terra, passou a integrar políticas de desenvolvimento social, cultura e esporte, e designou um secretário especial para cada uma das áreas. No caso do desenvolvimento social, o escolhido foi o ex-deputado federal Lelo Coimbra, que foi Diretor da Frencoop e nutre relações muito próximas com o cooperativismo. Ele foi o responsável pela relatoria do Projeto da Lei Geral do setor (PL nº 519/2015), na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados.

Vale destacar ainda que a secretaria de Lelo absorveu também as atribuições de outras seis secretarias. As mais importantes para o cooperativismo são: a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, que tem o departamento de economia solidária; a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, que lida com os assuntos relacionados às compras institucionais da agricultura familiar no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que antes estava no

extinto Ministério do Trabalho, e agora tem status de departamento. “A secretaria perde status em termos de cargos, passando a ser um departamento, mas vai continuar discutindo questões sobre o cooperativismo. Antes, quando fazia parte da estrutura do Ministério do Trabalho, havia por vezes uma dificuldade de diálogo. Agora, a sinalização tem sido positiva para uma maior aproximação”, aponta a gerente institucional do Sistema OCB.

NÚCLEO DE DECISÃO



ECONOMIA
Paulo Guedes,
Ministro da Economia



MILITAR
General Augusto Heleno,
Ministro do Gabinete
de Segurança Institucional



Presidente Jair Bolsonaro



SEGURANÇA
Sérgio Moro,
Ministro da Justiça e
Segurança Pública



POLÍTICA
Onix Lorenzoni,
Ministro-Chefe da Casa Civil

“É HORA DE PERGUNTARMOS NÃO O QUE O BRASIL PODE FAZER PELO COOPERATIVISMO, MAS O QUE NÓS PODEMOS FAZER PELO PAÍS. O BRASIL PRECISA DO COOPERATIVISMO E NÃO VAMOS SER OMISSOS. ESTAREMOS PRESENTES E ATUAREMOS PARA AJUDAR O PAÍS A SAIR DESSE NÓ QUE SE FORMOU NESSES ÚLTIMOS ANOS”

Evair de Melo,
presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo

Pontos de atenção

Além dos nomes que devem ser observados no governo Bolsonaro, o estudo lista também “pontos de atenção” entre os principais temas e ações nesse início de gestão que podem impactar o setor do cooperativismo. Na economia, o destaque é um menor ímpeto do governo nas políticas de subsídio e financiamento público, em alinhamento com o discurso liberal do ministro Paulo Guedes.

“Há uma discussão muito forte no governo sobre a redução de sua participação na economia para diversos setores, seja nas políticas de subsídio, crédito agrícola e energia elétrica”, aponta Fabíola. Historicamente, o setor agrícola tem contado com programas de suporte na área de crédito e seguro agrícola, além do subsídio de energia elétrica para irrigação.

“O governo já iniciou esse processo de mudança, mas não sabemos com qual velocidade. É importante estarmos atentos a movimentos programas dessa natureza, porque eles podem impactar fortemente os negócios de nossas cooperativas. Nós estamos realizando diálogos com o governo, ou para minimizar cortes, ou para fazê-los de forma mais gradual”, destaca a gerente da OCB.

Ainda na área econômica, há, por parte do governo, um novo olhar em relação ao comércio exterior e à abertura de mercados, o que pode impactar o cooperativismo de diferentes maneiras. Se, por um lado, a busca por novos mercados pode significar expansão dos negócios, por outro, há o impacto da importação de produtos.

Para alguns setores, como o da produção de leite, por exemplo, há uma discrepância competitiva com produtores de outras regiões. É necessário desburocratizar e garantir mais infraestrutura para proporcionar a competitividade – demandas que já foram levadas pelo Sistema OCB ao novo governo: “Nós fizemos um posicionamento e abrimos uma mesa de conversa, e o indicativo inicial foi muito positivo de que o governo vai se atentar para isso, para dar o suporte necessário para que a competição seja justa”, diz Fabíola.

Reformas à vista

Outra discussão que merece atenção – e que já vem desde os governos Dilma Rousseff e Michel Temer – é um possível corte nas verbas do Sistema S. O Sistema OCB participa da estrutura por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), e possíveis mudanças podem impactar os trabalhos desenvolvidos pela entidade.

“Nosso “S” tem participação pequena dentro do orçamento geral, mas é um orçamento importante para fortalecer a gestão das cooperativas, que não deve ser desviado para outras finalidades”, explica a gestora.

Ainda de olho na pauta do governo, a agenda de reformas entra também como um ponto de atenção. A primeira já encaminhada para ser debatida pelo Congresso Nacional é a da Previdência, que tem atenção total do governo e está sendo acompanhada pela Gerência Institucional do Sistema OCB. “Nosso posicionamento tem sido favorável à reforma, mas ao mesmo tempo a gente tem atenção às questões que podem afetar as cooperativas”, completa Fabíola. Na esteira, uma possível reforma tributária será um ponto de grande atenção para o setor, uma vez que poderá afetar diretamente os negócios do cooperado – de forma positiva ou negativa, a depender do teor.

NOVO CONGRESSO NACIONAL

Renovação foi o recado que veio das urnas em 2018. A 56ª Legislatura começa com 85% de renovação no Senado e 47% na Câmara dos Deputados. Entre os deputados eleitos, 115 estão em seu primeiro mandato eletivo, o que representa quase metade dos novos eleitos. O perfil do novo Legislativo e as ações prioritárias para o cooperativismo no Congresso Nacional também estão no estudo elaborado pela Gerência Institucional do Sistema OCB.

“É um desafio ter novos parlamentares chegando, e muitos até de primeiro mandato. Nossos analistas estão fazendo um trabalho sistemático de aproximação com esses novos deputados e senadores, apresentando o cooperativismo, a OCB e explicando como é o funcionamento das frentes parlamentares”, explica Fabíola.

A gestora destaca o trabalho que vem sendo feito para a reinstalação da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop). Nossa Frente já tem novos diretores e presidente – cargo que nesta Legislatura foi assumido pelo deputado Evair de Melo (ES). “Os parlamentares que chegam à Casa vieram com espírito de mudança, mas trazem consigo muita responsabilidade com a coisa pública, exigindo transparência, retidão e um diálogo franco e republicano com a sociedade. A agenda do cooperativismo e a forma como ele opera faz uma entrega exatamente na linha dessa nova

expectativa que os parlamentares trazem consigo”, defende o deputado.

Evair está em seu segundo mandato e tem uma atuação parlamentar forte no tema do cooperativismo. Ele conta que está fazendo um trabalho de “catequese” para apresentar os pilares do cooperativismo aos novos parlamentares e defende que o movimento deve ser gradativo para crescer de forma consistente.

“No sentido macro, a grande contribuição do cooperativismo para o Brasil é apresentar um modelo de organização social que dialogue com todo o território nacional. É um modelo de organização coletivo que consegue organizar o setor produtivo e de serviços, consegue distribuir renda e conseguiu sobreviver com transparência e retidão, mesmo nas adversidades políticas e econômicas que o país passou”, aponta o parlamentar.

Entre as pautas prioritárias para o Legislativo, Evair de Melo destaca que o “sonho” seria a consolidação do ato cooperativo (PLP nº 271/2005). Ele também aponta a necessidade de acompanhar de perto as reformas que tramitarão nas Casas.

“É hora de perguntarmos não o que o Brasil pode fazer pelo cooperativismo, mas o que nós podemos fazer pelo país. O Brasil precisa do cooperativismo e não vamos ser omissos. Estaremos presentes e atuaremos para ajudar o país a sair desse nó que se formou nesses últimos anos”, defende o deputado.

NINGUÉM

fica
de fora

ENTENDA COMO O COOPERATIVISMO
AJUDA A INCLUIR PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA E EGRESSOS DO SISTEMA
PRISIONAL DANDO A ESSES E OUTROS
GRUPOS MARGINALIZADOS NOVAS
PERSPECTIVAS DE VIDA

Por Naiara Leão

Aos vinte e poucos anos, Carlos Alberto de Oliveira quase desistiu de sua terra natal. Apesar do amor pela Paraíba, pensava em mudar-se para o Rio de Janeiro ou São Paulo em busca de oportunidades de trabalho. Carlos Alberto é deficiente físico. Nasceu sem um segmento de um dos braços, que termina no cotovelo – e essa característica acabava por fechar portas no mercado de trabalho. Sua sorte, no entanto, começou a mudar quando conseguiu o primeiro emprego como porteiro. Três anos depois, mais consciente de que a deficiência não lhe limitava profissionalmente, juntou-se à Cooperativa Paraibana dos Portadores de Deficiência (Coppd), em Campina Grande. Desde então, trabalha organizando o estacionamento rotativo da cidade, a chamada Zona Azul.

“Gosto demais de trabalhar aqui, porque estou em contato com o público, atendendo. A maioria das pessoas da cidade já me conhece, pergunta pelas vagas e até deixa a chave do carro comigo, porque passamos confiança”, conta, sorridente.

A história de Carlos Alberto é uma em meio a diversas iniciativas cooperativistas de inclusão social espalhadas pelo país. Algumas, como a Coppd, são cooperativas voltadas especialmente para a colocação de deficientes no mercado de trabalho. Outras cuidam de outras minorias, como mulheres, dependentes químicos ou, no caso da Coopereso de Sorocaba (SP), presidiários. Existem, ainda, as cooperativas como a Unimed Londrina, que buscam ativamente inserir deficientes em seu quadro de colaboradores.

Tais iniciativas são importantes para aumentar a representatividade de grupos que têm dificuldade para se inserir no mercado de trabalho brasileiro. No caso das pessoas com algum tipo de deficiência, apenas 1% (cerca de 403 mil) estão formalmente empregadas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um número inexpressivo, considerando a Lei de Cotas (nº 8.213/1991), que determina: pelo menos 2% dos colaboradores de empresas com mais de cem funcionários devem ser pessoas com deficiência. Esse número está longe de ser realidade.

Essa inclusão cooperativista, portanto, cumpre um importante papel social. E ainda gera cooperação interna nas empresas, na educação, no aperfeiçoamento constante e no interesse pela comunidade. Conheça a seguir a história de três cooperativas que já descobriram o poder da inclusão e como seus benefícios atingem não apenas os grupos marginalizados, mas toda a comunidade ao seu redor.

Abrindo
portas

Na Coppd de Carlos Alberto, os cooperados atuam na área de um estacionamento tarifado pelo município, conhecida como Zona Azul, por meio de um convênio com a prefeitura. Atualmente, são 19 deficientes físicos trabalhando no local. A parceria existe há 20 anos, mas era celebrada por meio de uma ONG. Em 2009, uma mudança na legislação exigiu a descontinuidade do contrato e foi então que os trabalhadores se organizaram em uma cooperativa para seguirem exercendo sua atividade.

Para muitos deles, a Coppd apresentou a oportunidade do primeiro emprego. Foi assim com Gisele Rodrigues, cooperada há um ano e meio. “Tenho deficiência em uma das pernas, encurtada e mais fina, por isso manco um pouco. Tentei arrumar trabalho em várias empresas e nunca consegui. Aqui eu gosto de trabalhar porque é tranquilo e os clientes nos tratam bem”, diz.

Segundo o presidente Jean Araújo Gomes, a cooperativa oferece uma alternativa mais estável aos cooperados do que empresas comuns. “Há mais de três anos que a fiscalização [da Lei de Cotas] parou de acontecer por aqui e as empresas tradicionais aumentaram as demissões de deficientes. Como cooperativa, damos estabilidade e continuidade”, conta.

“COMO TODO MUNDO É DONO, CADA UM DÁ O SEU MELHOR PARA A COOPERATIVA CRESCER E ABRIR PORTAS PARA MAIS PESSOAS”

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, 34 anos, cooperado da Coppd



Fotos: Jéssica Soares

Carlos Alberto Oliveira, 34

A segurança de emprego e a possibilidade de crescimento também são pontos destacados por Carlos Alberto: “o modelo de cooperativa é bom porque é estável. Como todo mundo é dono, cada um dá o seu melhor para a cooperativa crescer e abrir portas para mais pessoas”, afirma.

Essas portas são abertas, inclusive, para não cooperados. A Coppd encaminha interessados para vagas em outras empresas, como empresas de ônibus, hospitais e indústrias. “Há pouca procura, mas dos pedidos de empresas que já recebemos, 99% conseguimos encaminhar”, conta Jean.

Além de colaborar com a inclusão, a Coppd tem um projeto

de doação de equipamentos ortopédicos, como cadeira de rodas, de banho e muletas a pessoas necessitadas. Uma iniciativa apresentada à sociedade, inclusive, no **Dia C**. Dessa forma, eles estendem os benefícios da cooperativa a toda a comunidade e não somente aos cooperados.

O presidente destaca, que para realizarem tantas atividades, o suporte do Sistema OCB/PB é fundamental. “Aqui no Nordeste não se trabalha tanto em cooperativas, não se conhece o cooperativismo a fundo. Então, o apoio deles é essencial. Sempre que precisamos de informação, eles vêm, oferecem cursos e nos ajudam”, afirma o presidente.



Gisele Rodrigues, 30

Compromisso muito além da legislação

A Unimed Londrina, no Paraná, sempre teve colaboradores com limitações físicas, mas em 2016 implantou um programa específico para ampliar o quadro com a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e deficiência auditiva severa e profunda. Atualmente, cerca de 5% dos seus mais de 600 colaboradores possuem alguma deficiência. Eles estão alocados em áreas diversas, como apoio operacional, financeiro, gestão de contas, atendimento, SAC, farmácia e controladoria.

Conforme explica a gerente de Responsabilidade Social, Fabianne Piojetti, o Projeto Unir é focado em duas etapas: a seleção e, em seguida, a adaptação da pessoa com deficiência. Durante a seleção, a assessoria de

desenvolvimento humano, o setor de responsabilidade social, um psicólogo ou assistente social e, em muitos casos, um familiar do candidato discutem suas habilidades e restrições para checar se ele está apto para determinada vaga. Se necessário, contam também com intérprete de Libras. “Temos um trabalho detalhado para que eles consigam ter uma função adaptada às suas limitações, mas também sintam-se desafiados”, explica.

Além disso, o candidato é encaminhado para conhecer sua potencial área de trabalho. “Ele é levado à área para fazer um reconhecimento, ver se sente-se bem ali. Afinal, ele também tem de aceitar a Unimed, não é só a Unimed aceitá-lo”, diz.

Uma vez contratados, esses novos profissionais passam por um período de adaptação acompanhado de perto pelo chefe direto. Houve funcionária com deficiência intelectual, por exemplo, que apresentou dificuldade de leitura, habilidade necessária para sua função. A Unimed, en-

tão, contatou a instituição social que ela frequenta e pediu para reforçarem o ensino. Em pouco tempo, ela estava adaptada.

Em outro caso, uma funcionária com deficiência inicialmente designada para a recepção mostrou-se tímida e foi realocada para uma função administrativa. “Agora ela está dando show, a gerente está adorando o trabalho dela. É só questão de adaptação”, conta Fabianne.

A primeira colaboradora do projeto que chegou à Unimed Londrina, em 2016, foi Gracielle Nicolino, que tem deficiência intelectual e atua na farmácia. Sua colaboração deu tão certo que, recentemente, o setor pediu por mais uma contratação. “Ela é uma querida, abriu portas para outras pessoas, e agora é ela quem ensina e dá direcionamento à nova funcionária”, diz Fabianne.

A gerente destaca, ainda, como as contratações são benéficas não só para os contratados, mas para os demais funcionários e até para as instituições sociais da cidade. “Os funcionários só se surpreendem positivamente. Mesmo quando alguém tem dificuldade, eles apoiam a adaptação e isso muda o olhar deles para serem mais pacientes e trabalharem em equipe. É motivador.” Ela conta, ainda, que no início da contratação de deficientes auditivos foi preciso contar com intérpretes de Libras, mas que agora muitos funcionários decidiram fazer o curso disponibilizado pela cooperativa para se comunicarem com os colegas surdos.

Para ela, a iniciativa mostra o compromisso da Unimed com um dos sete princípios cooperativistas: o interesse pela comunidade. “Muitas empresas buscam só preencher a cota exigida por

Conheça o programa social do cooperativismo



lei, mas o que elas têm feito pelo aprendizado e pela permanência desses colaboradores? Aqui temos um interesse genuíno pela comunidade”, diz.

“Em Londrina, chegamos a estimular que as instituições sociais olhem para as pessoas assistidas por elas como potenciais profissionais. No começo, tínhamos dificuldade de conseguir indicações, até currículos, mas agora eles também despertaram-se para uma organização nesse sentido. É um projeto social completo”, afirma.

Além do Projeto Unir, a Unimed Londrina também participa da campanha da Unimed Nacional Eu ajudo na Lata desde 2013, e já doou mais de cem cadeiras de rodas a mais de 30 instituições.

Derrubando preconceitos

A Cooperativa de Egressos e Familiares de Egressos (Coopereso) de Sorocaba (SP) surgiu em 2004 com o objetivo de ajudar ex-presidiários – chamados egressos porque deixaram o sistema prisional – a conseguirem trabalho. “A cidade era preconceituosa em relação a essas pessoas e não oferecia possibilidades de emprego”, lembra a presidente Miraci Cugler.

A ideia de criar uma cooperativa surgiu em reuniões de egressos com a equipe da Fundação de Amparo ao Preso (Funap). No entanto, os primeiros anos de trabalho mostraram que vencer o desafio do preconceito não seria fácil. A proposta de uma cooperativa de reciclagem não vingou porque muitos comerciantes temiam furtos e não queriam os egressos circulando por seus estabelecimentos.

Foram três anos difíceis, até que em 2007 a Coopereso firmou convênio com o município para realizar a manutenção de praças e espaços públicos – com podas, jardinagem e pequenos reparos. A partir dessa chance, os egressos puderam mudar o olhar da população sobre sua categoria.

“Há dez anos, quando se formaram as equipes nas praças públicas para fazer as atividades, os moradores chamavam a viatura para saber o porquê de aquelas pessoas estarem ali, pois temiam que se juntassem para furar as casas ao redor. Hoje é o contrário. Quando a comunidade tem problema em uma praça, ligam e pergunta onde está a nossa equipe para resolver aquele problema.”

Atualmente, há 110 cooperados na Coopereso, mas o número já chegou a 190. Segundo Miraci, o modelo cooperativo funciona bem porque “cada componente, cada pessoa é importante, tanto para o projeto coletivo quanto para construir nova perspectiva de vida.” O índice de reincidência entre os que passaram pela cooperativa é de apenas 1%.

“Tentamos passar para o egresso que há uma oportunidade de vida dentro da legalidade. Nos seis primeiros meses, a pessoa sai do sistema prisional revoltada contra o Estado, sentindo que não fizeram nada por ela. Quando encontra essa oportunidade, ela tem uma mudança de mentalidade, um resultado positivo e sai abraçando a causa”, diz.



Foto: Unimed Londrina

Gracielle Nicolino



Foto: Coopereso

Ex-detentos agora cuidam das praças e espaço públicos de Sorocaba

“PARA NÓS, TRABALHAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS É UM GANHO, PORQUE AS DIFICULDADES SÃO RESOLVIDAS POR TODOS E NOS TORNAM MAIS UNIDOS.”

FABIANNE PIOJETTI,
gerente de Responsabilidade Social da Unimed Londrina

FIQUE LIGADO

As cooperativas apresentadas nessa matéria ajudam a cumprir os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030:

1. Erradicação da Pobreza



8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico



10. Redução das Desigualdades



PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS E AGENDA 2030

Além do emprego, a Coopereso oferece apoio psicológico e assistência social. “Trabalhamos com núcleo familiar, tentamos decifrar se a pessoa tem problema com os filhos, com os pais e buscamos dar uma assistência completa.”

Com o tempo, alguns encontram emprego noutras empresas; outros tornaram-se empresários; e os que deixam a cooperativa a indicam para novas pessoas e vão renovando as oportunidades. Há ainda aqueles que seguem na cooperativa e se envolvem com sua gestão, tornando-se também diretores, conselheiros e gestores. “Numa cooperativa o que se prega é que todos somos iguais. Quem vem demonstrando interesse, acaba por encabeçar funções, e assim temos crescido para nos sentirmos parte da sociedade e integrarmos mais pessoas”, resume a presidente.

A inclusão econômica e comunitária de grupos em situação de vulnerabilidade social atende ao 7º princípio cooperativista, o “interesse pela comunidade.” Além disso, ao estimular o aperfeiçoamento contínuo de seus cooperados ou funcionários, atende ao 5º princípio, que se refere à promoção de “Educação, Formação e Informação.”

Mas não é só isso. O trabalho com grupos socialmente ou economicamente marginalizados também tem tudo a ver com os objetivos da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm sido incentivados por entidades cooperativas internacionais por proporem metas muito similares às que as cooperativas já vêm realizando há anos.



14º
CBC
CONGRESSO
BRASILEIRO DO
COOPERATIVISMO

8 A 10
MAIO
2019

Complexo Brasil 21
Brasília / DF

“

O cooperativismo do futuro se constrói agora

O FUTURO

é agora!

DIRIGENTES, REPRESENTANTES DE UNIDADES ESTADUAIS E COOPERADOS REÚNEM-SE NA CAPITAL FEDERAL PARA DISCUTIR OS RUMOS DO COOPERATIVISMO NO ANO EM QUE A OCB COMPLETA 50 ANOS

Por Lilian Beraldo

Tempo de pensar no amanhã! Para ser reconhecido até 2025 por sua competitividade, integridade e capacidade de deixar as pessoas felizes, o cooperativismo precisa planejar seu futuro. É por isso que, de 8 a 10 de maio, representantes das cooperativas brasileiras de todo o Brasil se reunirão, em Brasília, para definir as diretrizes estratégicas do nosso movimento. O documento servirá de insumo para a atuação do Sistema OCB e das próprias

cooperativas e será o principal resultado do 14º Congresso Brasileiro do Cooperativismo (CBC).

Com o mote “O cooperativismo do futuro se constrói agora”, o próximo CBC terá seis temas principais: comunicação; governança e gestão; inovação; intercooperação; mercado; e representação.

Para o superintendente do Sistema OCB, Renato Nobile, o grande desafio está em aliar a manutenção da identidade cooperativista e a busca por competitividade.

“A competitividade é a capacidade de a cooperativa formular e implementar estratégias comerciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado.” explica Nobile. “Sem competitividade, não há como as cooperativas prosperarem. Mas elas precisam fazer isso mantendo sua identidade de cooperativa, ou seja, a sua integridade, respeitando os princípios cooperativistas e o diferencial que possuem com relação às empresas convencionais.”

Durante o 14º CBC, os participantes terão a oportunidade de assistir a palestras e discutir propostas para superar os principais desafios apresentados. Também serão oferecidas oficinas e apresentações de casos de sucesso que servirão para estimular o debate e a troca de ideias.

REPRESENTATIVIDADE

Depois da abertura oficial, que contará com a participação dos diretores e do presidente do Sistema OCB, do presidente da ACI e de representantes do novo Governo, os participantes poderão se concentrar nas palestras, oficinas e apresentações de casos de sucesso relacionados aos seis temas principais do congresso. Esses eventos ocorrerão na tarde do primeiro dia e na manhã do segundo.

Na tarde do segundo dia, serão realizadas reuniões temáticas com os congressistas. Esses encontros são a oportunidade de aprofundar a discussão, com a elaboração e votação de

propostas de diretrizes estratégicas que ajudem a aprimorar a situação das cooperativas, dos cooperados e do cooperativismo de modo mais amplo.

Na manhã do terceiro dia, será realizada a plenária onde as propostas do dia anterior serão apresentadas, discutidas e priorizadas – chegando a um conjunto de diretrizes para maior competitividade e integridade do cooperativismo no futuro.

“Esperamos reunir um número grande de representantes de cooperativas de todo o Brasil para garantir a diversidade de ideia e opiniões sobre os temas a serem debatidos”, explica o superintendente. “É justamente essa diversidade que contribui para dar unidade ao movimento, além de um senso de pertencimento e de reponsabilidade mútua pelo futuro do cooperativismo.”

Os nomes dos palestrantes do congresso serão divulgados em breve no site do evento.

www.cbc.coop.br

Importante

Para ser congressista, ter direito a fala e a voto, é necessário ser dirigente de uma cooperativa (singular, central/federação ou confederação) ativa e regular com a OCB. Vale lembrar que somente será aceita uma inscrição por CNPJ. Também serão disponibilizadas vagas para observadores.

Conheça os temas centrais do 14º CBC



COMUNICAÇÃO

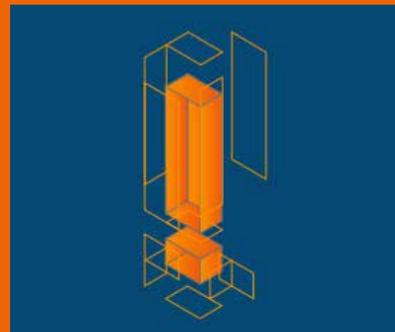
Transformar o cooperativismo em uma pauta nacional, difundindo o seu real significado e sua enorme relevância para o desenvolvimento da economia brasileira e de nossa sociedade. Essa é uma das questões centrais a serem debatidas durante o 14º CBC. Vamos pensar, ainda, em estratégias para disseminar informações sobre a qualidade de nossos produtos e serviços; desfazer conceitos equivocados e divulgar nossos valores e princípios. Também está no

foco das discussões sobre a comunicação o modo como o Sistema OCB e as cooperativas estão lidando com as novas tecnologias da informação e comunicação. Para completar, identificaremos quais são os melhores caminhos para promover o reconhecimento e dar visibilidade ao cooperativismo.



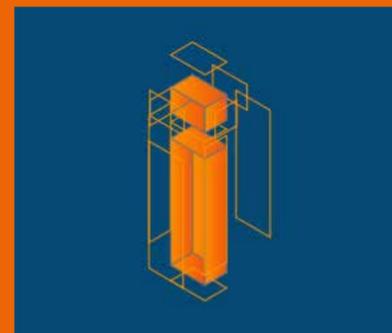
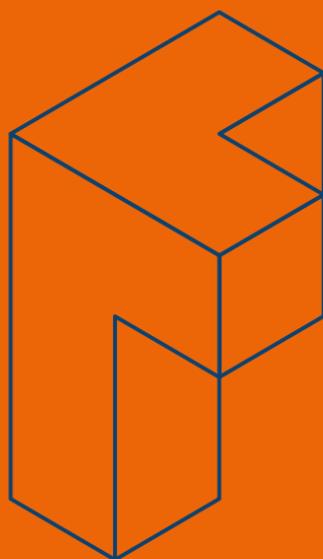
GOVERNANÇA E GESTÃO

O objetivo aqui é discutir, entre outras questões, a preparação das cooperativas para a transformação digital; o desafio de cativar novas gerações e desenvolver novas lideranças diante do envelhecimento do quadro social das cooperativas; como torná-las mais ágeis e competitivas sem perder de vista os princípios e valores cooperativistas. Nosso desafio: romper com estruturas hierarquizadas; e modernizar nossa gestão.



INOVAÇÃO

A sobrevivência de negócios e organizações passa pela inovação, que pode ser definida como o "futuro desejável acontecendo agora." Vários desafios se impõem, como a necessidade de desburocratização de estruturas e processos, num mundo onde emergem modelos de negócios mais ágeis, flexíveis e disruptivos. Como podemos tornar o cooperativismo um terreno fértil para o surgimento de inovações em larga, média e pequena escala? Afinal, queremos ser protagonistas no desenvolvimento de novas tecnologias.



INTERCOOPERAÇÃO

Um dos princípios internacionais do cooperativismo, a intercooperação, é um desafio constante do nosso setor. As oportunidades de negócios e as trocas de conhecimentos são inúmeras e as formas de melhor explorá-las para fomentar o desenvolvimento econômico e institucional das cooperativas são foco desse tema. Os debates devem abordar tanto a intercooperação intersetorial, com ênfase nos exemplos e nas vantagens de efetuar a cooperação entre ramos diferentes do cooperativismo, quanto a intercooperação setorial, por meio de modelos e boas práticas que conseguem trazer benefícios a cooperativas antes tidas como concorrentes.



MERCADO

As mudanças na política econômica brasileira e seus impactos nos mercados de abrangência das cooperativas estão na pauta de debates desse tema. Traremos especialistas para falar sobre os impactos das reformas que estão por vir e dos cenários de privatizações, redução de subsídios, investimentos em infraestrutura e alterações nos tributos. Também serão abordados novos mercados nos quais o cooperativismo pode atuar ou aumentar sua participação, como, por exemplo como: cooperativismo de plataforma; internacionalização; geração distribuída; e contratações públicas.



REPRESENTAÇÃO

Qual é o papel de representação da OCB perante o público externo (tomadores de decisão e formadores de opinião) e o público interno (cooperativas e conselhos de ramos), em âmbito nacional e também estadual? Em um ano de mudanças de governo e eleição de um novo Congresso Nacional, como podemos aproximar o cooperativismo da pauta nacional e estadual? Que legislações e regulações urgem ser alteradas? Como podemos conhecer melhor os pleitos da base cooperativista e ter acesso aos dados que serão o insumo para defesa e representação de nosso setor? Essas são algumas das questões a debater durante o 14º CBC.

QUEM PARTICIPARÁ DO EVENTO

1500 pessoas são esperadas no 14º CBC. Veja em qual categoria você se encaixa:

CONGRESSISTAS: dirigentes das cooperativas brasileiras ativas e regulares com o Sistema OCB e grupo de jovens e mulheres de cooperativas brasileiras ativas e regulares.

CORPO DIRETIVO: diretoria executiva e colegiada da OCB; presidentes e

superintendentes das Organizações Estaduais de Cooperativas; e conselheiros da OCB.

OBSERVADORES: convidados do Sistema OCB, academia, organismos internacionais, entidades públicas e privadas, fundações e institutos ligados ao cooperativismo.

CONVIDADOS DE HONRA: autoridades nacionais e internacionais presentes.

EQUIPE TÉCNICA: colaboradores do Sistema OCB; especialistas temáticos; e o coordenador técnico do 14º CBC.

RECEITA PARA

o desenvolvimento

COOPERATIVAS DE SAÚDE LISTAM 9 MEDIDAS CAPAZES DE ALAVANCAR O SETOR. DOCUMENTO É FRUTO DE UM PROJETO DE APROXIMAÇÃO QUE LEVOU REPRESENTANTES DA ANS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, CAD E BANCOS PÚBLICOS PARA CONHECER A BASE COOPERATIVISTA, O CONHECER PARA COOPERAR

Quando o assunto é cooperativismo de saúde, nós somos os pioneiros. Foi aqui mesmo, no Brasil, que surgiu a primeira cooperativa desse setor do mundo: a União dos Médicos (Unimed), na cidade de Santos, em São Paulo. O ano era 1967 e, de lá para cá, a ideia ganhou asas. Hoje, centenas de milhares de pessoas em todo o mundo confiam sua saúde a uma cooperativa. Somente no Brasil, são quase 25 milhões de pacientes atendidos por 240 mil cooperados – uma rede médica e odontológica que já cobre 85% do território nacional.

Apesar de tamanha grandeza, as cooperativas de saúde brasileiras enfrentam diversos desafios: é preciso padronizar a qualidade do atendimento, capacitar os cooperados para a gestão do negócio e esclarecer o

governo federal e os órgãos reguladores do setor sobre as especificidades do nosso modelo de negócios. E foi justamente para enfrentar esse último problema, que o Sistema OCB convidou representantes de cinco órgãos-chave do governo (veja quadro) para uma imersão no universo cooperativista. Durante onze meses, eles participaram do projeto Conhecer para Cooperar – Ramo Saúde, criado justamente para aproximar tomadores de decisão e formadores de opinião da realidade das nossas cooperativas.

O projeto – realizado pela Casa do Cooperativismo em parceria com a Faculdade Unimed – levou profissionais e gestores para ver de perto a realidade das cooperativas médicas e odontológicas de seis estados: Minas Gerais; Goiás; São Paulo; Ceará; Paraná e Santa Catarina. Eles também passaram por um módulo teórico e outro de encerramento, em Brasília. “Um dos aspectos que mais me chamaram a atenção foi o foco no usuário dos serviços médicos oferecidos pelas cooperativas. Apesar de o ramo saúde ser uma atividade de negócio, os cooperados nunca deixaram de lado a ideia de que eles e suas cooperativas cuidam de pessoas. Percebi que esses dois lados da relação se harmonizam muito bem”, explicou Lara Brainer, gerente de contratos e licitações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Ainda segundo a gestora, a aproximação entre a base cooperativista e o órgão regulador traz benefícios para ambas as partes. “É importante que as cooperativas demonstrem suas necessidades para discutirmos o que poderia ser melhorado na matéria regulatória, a fim de conseguirmos um mercado eficiente para os dois lados. Afinal, a Agência atua como o regulador de um mercado que leva em consideração; três cenários diferentes: beneficiário, prestador de serviço e operadora.”

Resultados concretos

O retorno da imersão de agentes públicos no ramo saúde já começou a trazer resultados para o cooperativismo brasileiro. Um deles foi o avanço nas discussões com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre aprovação de linhas de crédito para as nossas cooperativas de saúde.

Outra conquista importante: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi convidada a participar de câmaras e conselhos do Ministério da Saúde – o que já começou a acontecer extraoficialmente. Para completar, as cooperativas envolvidas no programa ampliaram o diálogo entre si e caminham para novos projetos de intercooperação.

“Terminamos esse projeto mais próximos das outras cooperativas e dos órgãos públicos”, elogiou o presidente da Unimed do Brasil, Orestes Pullin. “Aproximar as pessoas e compartilhar soluções para os problemas de nossas instituições foi um dos principais aprendizados do projeto Conhecer para Cooperar.”

Conheça os órgãos públicos que participaram do programa Conhecer para Cooperar – Ramo Saúde (em ordem alfabética)

- **Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)** – agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil. De forma simplificada, a regulação pode ser entendida como um conjunto de medidas e ações do Governo que envolvem a criação de normas, o controle e a fiscalização de segmentos de mercado explorados por empresas para assegurar o interesse público.
- **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** – fundado em 1952, é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, hoje, o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira.
- **Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)** – instituição financeira pública de fomento, controlada pelos três estados da região Sul do País. Seus objetivos principais são apoiar e acompanhar o desenvolvimento de projetos para aumentar a competitividade de empreendimentos de todos os portes na região.
- **Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)** – autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, que tem por missão zelar pela livre concorrência no mercado, sendo a entidade responsável, no âmbito do Poder Executivo, não só por investigar e decidir, em última instância, sobre a matéria concorrencial, como também fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência.
- **Ministério da Saúde** – órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros. É função do Ministério dispor de condições para a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias, melhorando a vigilância à saúde, dando, assim, mais qualidade de vida ao brasileiro.

Um olhar internacional

Uma verdadeira bagagem de experiências foi embarcada na mala do diretor executivo do Instituto Europeu de Pesquisa em Cooperativas e Empresas Sociais, o italiano Gianluca Salvatori. Ele foi convidado a participar do encerramento do projeto Conhecer para Cooperar e falou sobre o cooperativismo de saúde em outros países e, especialmente, na Itália.

“Na minha terra natal, as cooperativas de saúde são muito recentes e ainda não têm força. Pelo que pude perceber, no Brasil a saúde pública só se desenvolveu tardiamente, o que permitiu a criação de um sistema cooperativo importante na área da saúde”, explica.

Já na Itália, segundo ele, a história é completamente diferente. “Nós sempre tivemos um sistema público de saúde de grandes dimensões e pequenos sistemas cooperativos de atendimento à população.”

Para Salvatori, o principal aprendizado do projeto foi compreender como as cooperativas de saúde brasileiras aprenderam a gerenciar organizações complexas, como hospitais.

“Nunca tivemos uma escola para a formação de gestores capazes de gerenciar um hospital. Com certeza, nos próximos anos, começaremos a fazer isso de forma intercooperativa e levaremos muito do que aprendemos com a experiência das cooperativas brasileiras”, declara.

Rumo ao crescimento

Após levar representantes dos órgãos públicos para conhecer as particularidades do nosso modelo de negócios, ficou bem clara para todos os envolvidos a necessidade de demonstrar – por meio de leis específicas e políticas públicas – que o modelo cooperativista de gestão é bem diferente dos modelos utilizados por empresas tradicionais: o foco não está no lucro, e sim no crescimento dos cooperados e da coletividade.

Com esse intuito, o Sistema OCB elaborou um documento com 9 sugestões de medidas que ajudariam a fortalecer o cooperativismo de saúde no Brasil. Ele foi entregue ao BNDES, Ministério da Saúde e, em breve, será enviado a outros órgãos públicos. Confira:

Palavra derivada do verbo inglês “to comply”, que significa seguir as regras estabelecidas. Estar em “compliance”, portanto, é estar em conformidade com as leis e os regulamentos (internos e externos) de um mercado.

1 Incentivar a criação de normativos e regras de **compliance** específicas para as cooperativas de saúde. Para reforçar essa boa prática, contamos com o apoio da ANS, que poderia estabelecer normativos e regras mínimas obrigatórias de governança para o setor.

2 Conseguir, junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entendimento e normas que tragam o adequado tratamento tributário às operações praticadas pelas cooperativas, conceituando o ato cooperativo e estabelecendo as regras de regime tributário do nosso tipo societário. A atual legislação prevê a criação de uma lei que discipline o que é um ato cooperativo, mas ainda não existe um entendimento legal sistematizado sobre o assunto. Isso gera insegurança legal e tributária para as cooperativas, especialmente no ramo Saúde.

3 No campo regulatório: Revisão, pela ANS, da política de Notificação de Investigação Preliminar (NIP), cujo principal objetivo é solucionar conflitos entre beneficiários e operadoras de planos privados de assistência à saúde. Sugerimos que a Agência priorize o caráter educativo e corretivo dessa ferramenta;

- Proporcionalidade dos valores das multas com base na relevância do incidente (ou reincidente) gerador;
- Tratamento adequado e isonômico entre as operadoras, respeitando as características e dimensões de cada negócio, diferenciando exigências entre medicina e odontologia;
- Maior estabilidade nas normas para efeito de adequações e cumprimento, uma vez que a frequência de alterações atuais dificulta a otimização dos processos e balizamento de referenciais;
- Revisão dos indicadores componentes do Índice de Desempenho de Saúde Suplementar (IDSS), que indicam se a atuação das operadoras de saúde está em conformidade com o estabelecido pela ANS. Sugerimos a revisão desses indicadores principalmente no que tange aos prazos e às mudanças na composição ano a ano;
- Maior flexibilidade nos valores e prazos para a composição das provisões financeiras estabelecidas pela agência reguladora;

- Alteração de resolução, no âmbito da ANS, para permitir que as cooperativas operadoras de planos de saúde possam oferecer parte de seus ativos garantidores, que lastreiam suas provisões técnicas, como garantia de financiamento obtido junto ao BNDES.

4 Reconhecimento efetivo, por todos os órgãos governamentais, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como uma entidade de fomento e defesa do modelo cooperativo brasileiro, em consonância com a legislação cooperativa vigente e com a Constituição Federal. O Sistema OCB entende que há campo para avanços no setor da saúde, semelhante ao que já ocorre, como uma firme realidade, nos setores crédito, agropecuário, transporte e infraestrutura;

5 Reconhecimento efetivo, pelo Ministério da Saúde, do cooperativismo como parceiro do Poder Público no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e no atendimento de qualidade. Há municípios nos quais a parceria é histórica e benéfica para todos, em especial para os usuários dos serviços públicos de saúde, atendidos com extrema qualidade por profissionais de saúde associados em cooperativas;

6 Desenvolver atividades de formação e educação no setor de saúde em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e com a Fundação/Faculdade Unimed;

7 Participação da OCB em câmaras, conselhos e grupos técnicos na ANS e no Ministério da Saúde. Atualmente, o Sistema OCB participa de 75 câmaras, fóruns e demais instâncias deliberativas do Poder Executivo, sendo que nenhum deles é na área da saúde;

8 Incentivar a mudança, cada vez mais rápida e necessária, nos modelos assistencial e de financiamento da saúde brasileira. Esse movimento de mudança já tem sido feito pelo sistema cooperativo de saúde, mas é necessária uma melhor coordenação dos esforços e recursos;

9 Aprovar, no âmbito do BNDES, adequações de linhas de crédito voltadas para o setor de saúde, que contemplem as necessidades do cooperativismo. A ideia é avançar nas discussões com o BNDES na questão de garantia de financiamento e que o processo de contratação seja mais simplificado e menos burocrático.

SALTO

triplo

CONHECIDA COMO
A CAPITAL DA SOJA
NO TOCANTINS,
PEDRO AFONSO
VIU O PROGRESSO
CHEGAR COM TRÊS
COOPERATIVAS

Por Kelly Ikuma

Distante 206 quilômetros de Palmas (TO), o município de Pedro Afonso vive uma fase de pleno desenvolvimento. Com apenas 13 mil habitantes, essa pequena comunidade vivencia avanços consideráveis nas áreas de educação, meio ambiente e agricultura. E quando perguntamos a qualquer morador o segredo dessa boa fase, a resposta é certa: é tudo fruto da cooperação.

Conhecida como a capital da soja no Tocantins, Pedro Afonso viu o progresso chegar com três cooperativas: a Cooperativa Agroindustrial de Tocantins (Coapa), a Cooperativa Educacional de Pedro Afonso (Coed) e o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi),

“Esses empreendimentos trouxeram mais movimento, emprego e desenvolvimento para toda a região, e não somente para Pedro Afonso. Desde a chegada do cooperativismo, notamos que a cidade

se uniu e há mais amizade”, destaca Divina Mendes, 68 anos, cooperada da Coapa – primeira cooperativa a impactar a comunidade.

Criada há exatos 20 anos por um grupo de pequenos produtores rurais, a Coapa ajudou a alavancar a produção agrícola da região, oferecendo apoio técnico, infraestrutura para armazenagem de grãos, além de núcleos de participação focados em dois públicos até então carentes de atenção: os jovens e as mulheres.

“A inclusão e o empoderamento desses dois públicos foram fundamentais para o desenvolvimento da comunidade”, reconhece Divina. “Graças à cooperativa, passamos a participar da vida social e profissional da cidade e, agora, desenvolvemos trabalhos para melhorarmos a renda familiar. No grupo de mulheres, fazemos polpas de frutas, doces em compotas, chocolates, biscoitos, licores, paçocas e vendemos na feira.”



Mulheres das cooperativas de Pedro Afonso: intercooperação para alavancar a economia do município



"SOMOS TRÊS COOPERATIVAS, TRABALHAMOS O BEM COMUM DA COMUNIDADE E ALMEJAMOS O CRESCIMENTO PESSOAL E DO MUNICÍPIO. ESSA INTEGRAÇÃO ENTRE AS COOPERATIVAS FACILITA O NOSSO TRABALHO E A VIDA DE TODOS"

GLEIDE AZEVEDO

Diretora-Presidente da Cooperativa Educacional de Pedro Afonso

Jovens e crianças também participam das ações apoiadas pelas cooperativas de Pedro Afonso

Além da Coapa, outras duas cooperativas instalaram-se em Pedro Afonso: a Coed, de ensino; e o Sicredi, do ramo crédito. O trio decidiu viver, na prática, o princípio da intercooperação, desenvolvendo programas e ações em conjunto para beneficiar a comunidade. "É uma verdadeira rede do bem", explica Ricardo Khouri, presidente da Coapa. "Trabalhamos unidos para promover o desenvolvimento e a alavancagem da região. Além disso, por sermos cooperativistas, temos o compromisso de deixar os recursos gerados por nossas atividades aqui mesmo, na cidade, gerando emprego, renda e oportunidade para muitas pessoas."

Ponte para o futuro

Assim como em centenas de municípios brasileiros, em Pedro Afonso as pessoas descobrem o poder da cooperação desde muito cedo. Praticamente todos os moradores da cidade são associados a uma cooperativa ou pelo menos estão sendo beneficiados por elas. É comum casais conversarem sobre o dia na cooperativa, trocando ideias sobre como fazê-la crescer ou comemorando os resultados alcançados. Com isso, as crianças aprendem que o cooperativismo é bom, traz comida para a mesa e alegria para toda a família.

Na escola não é diferente. Especialmente na Cooperativa Educacional de Pedro Afonso (Coed), que educa os estudantes da região desde o maternal até o nono ano do ensino fundamental. "Trabalhamos o cooperativismo com todos os nossos alunos. Temos uma disciplina em

que ensinamos a cooperar, a dividir, e acreditamos nesse formato de educação. Um aluno com essa base será um adulto melhor. Não estamos somente preocupados com o lado educacional, mas também com os valores e os princípios que esses estudantes levarão para a vida adulta", explicou a diretora-presidente da cooperativa, Gleide Azevedo.

Ainda de acordo com Gleide, as crianças e os jovens de Pedro Afonso exergam nas cooperativas um mundo melhor, uma oportunidade de emprego e uma ponte para um futuro melhor. Além disso, em sala de aula, aprendem a administrar o próprio dinheiro e a poupar, graças ao apoio de projetos educacionais do Sicredi.

"A atuação conjunta da Coed, da Coapa e do Sicredi é fundamental para Pedro Afonso", elogia Gleide. "Somos três cooperativas, trabalhamos o bem comum da comunidade e almejamos o crescimento pessoal e do município. Essa integração entre as cooperativas facilita o nosso trabalho e a vida de todos."

A coordenadora do núcleo feminino da unidade Sicredi de Pedro Afonso, Maria Ivanete Maciel, 47 anos, concorda com a colega da Coed e acrescenta: a intercooperação mudou a história do município e alavancou o crescimento da região, inclusive aumentando a oferta de postos de trabalho.

"Quando juntamos nossas cooperativas, a população notou que tudo melhorou e se sentiu mais feliz, porque soube que tem o nosso apoio. A vida de Pedro Afonso mudou, pois agora tem mais oferta de empregos e facilidades para a população", exemplificou Ivanete.

A satisfação dos moradores e a melhora da qualidade de vida



Antigo lixão da cidade agora é um Parque Ecológico ladeado por palmeiras, ipês, imbaúba e mogno

Fotos: Luíza Lopes

Indicador que monitora as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras. O índice varia de zero a um e, quanto mais próximo de um, maior o nível de desenvolvimento humano de uma região.



proporcionada pelo cooperativismo são facilmente traduzidas no município pelo **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)** captado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. A taxa aferida na região supera a média brasileira, atingindo 0,732 pontos – em uma escala de zero a um, na qual quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento da região (Veja quadro).

Mudando vidas, realizando sonhos

A intercooperação realizada em Pedro Afonso já ultrapassou as fronteiras do estado e do Brasil. Um dos projetos apoiados pelas três cooperativas da cidade está levando os jovens da cidade para conhecer outras cidades brasileiras e, em breve, outros países. Trata-se do projeto Amigos do Meio Ambiente (Ama), criado pelo professor Fabrício Rocha, 35 anos, em 2010.

Historiador, enfermeiro e pedagogo, Rocha entendeu que um bom educador pode contribuir com o desenvolvimento da comunidade também fora dos muros da escola.

“Decidi contribuir com a preservação do meio ambiente para mostrar aos alunos que é possível transformar o mundo com atitudes simples, como dar a correta destinação a materiais recicláveis”, recorda.

O professor fundou o Ama com um grupo de 30 alunos e decidiu buscar apoio do poder público e das três cooperativas da cidade, que sempre tiveram um trabalho muito voltado para a valorização dos projetos locais. Trabalhando de forma intercooperativa, o projeto deu início a uma pequena revolução na cidade.

Os jovens se engajaram e começaram a recolher materiais, antes ignorados, para reciclá-los. A partir daí, as atividades evoluíram e o Ama conseguiu colocar em prática um projeto de sustentabilidade e recuperação ambiental, dando nova destinação a uma área na qual antes funcionava um lixão. O espaço foi revitalizado e transformado, em 2014, na Praça Ecológica Pedro de Souza Pinheiro, motivo de orgulho para a população.

Localizada em meio a exuberantes exemplares de palmeiras, ipês, imbaúbas e mogno-do-Pará, a praça é ornamentada por 500 pneus e mais de 10 mil gar-



Cleide, Divina e Maria Ivonete são as pioneiras do projeto de intercooperação de Pedro Afonso

rafas pet recicladas. “Os alunos aprenderam que através da união promovida pelo cooperativismo, com o trabalho em equipe, é possível mudar a realidade. O cooperativismo nos ajudou a resgatar valores como a determinação, o engajamento da comunidade e a importância do trabalho voluntário. Isso é algo firme e consistente na formação de cada um que passa pelo Ama”, ressaltou.

Outros ares

O projeto criado por Rocha e apoiado pelas três cooperativas da cidade fez mais do que transformar uma praça da cidade. Ele ajudou a mudar a mentalidade dos moradores que não tinham perspectiva de crescimento. Foi também do lixo, por meio de produtos recicláveis, que o Ama deu sentido às vidas de dezenas de adolescentes e jovens.

Expandindo o formato de atuação, Rocha, seus alunos e voluntários recolhem latinhas, garrafas pet e de vidro, dentre outros materiais, para comercializá-los. Com o valor arrecadado, são promovidas viagens, ações que enriquecem culturalmente

Fotos: Luíla Lopes



Fabrizio Rocha (C) mostra às crianças a importância da preservação do meio ambiente e ensina a fazer recuperar a vegetação nativa da região

os participantes e abrem portas para a visita a locais, antes, inimagináveis e inacessíveis para pessoas de baixa renda.

“Nestes anos de projeto, já rodamos quatro regiões do País. O nosso objetivo, com isso, é proporcionar que os nossos alunos conheçam outras cidades através de seu próprio trabalho e esforço”, comenta o professor. Vale destacar: desde o início do projeto, o grupo já visitou, dentre outras cidades,

Rio de Janeiro, Fortaleza, Natal, Aracajú, Maceió e São Paulo.

Daniela Bezerra Costa, 15 anos, é uma das alunas voluntárias que fazem parte do Ama. No grupo desde agosto de 2018, ela garante que a motivação para participar veio do desejo de ajudar o próximo “Depois que comecei a trabalhar com eles, me senti melhor. Saber que estou ajudando a alguém, fazendo doação, por menor que seja, me fez sentir melhor.”



Pneus jogados na rua viram canteiros nas praças do município

O Dia C é um compromisso das cooperativas brasileiras com a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos. Durante um dia, elas realizam milhares de ações voluntárias em todo o país para demonstrar um pouco do que o cooperativismo faz, diariamente, para colaborar com o desenvolvimento de suas comunidades.



Elas conhecem o poder da intercooperação

Um pouco mais antigo no grupo, Luiz Gustavo Bezerra Pinheiro, 16 anos, faz parte do Ama há seis anos e viu a evolução da cidade, bem como dos moradores. Um dos voluntários da construção da praça, ele lembra que o apoio das cooperativas tem sido fundamental para os avanços da região.

Conheça outros projetos desenvolvidos de forma intercooperação em Pedro Afonso:

- Tornou-se tradição na cidade o envolvimento das cooperativas nas causas sociais durante todo o ano e também no **Dia C – Dia de Cooperar**. Entre as atividades executadas, destacam-se a arrecadação e doação de alimentos, roupas e livros a pessoas carentes da cidade e o incentivo à comunidade e aos cooperados para o desenvolvimento de projetos socioambientais alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).
- De acordo com o professor Fabrício Rocha, uma das metas do projeto é levar os participantes à Europa. “Nossa meta é, em 20 anos, chegar a Paris, de avião. Essa é uma ponte que nos mostra o quanto a união, o cooperativismo e o trabalho voluntário são importantes para o desenvolvimento de todos”, concluiu o educador.
- Em 2018, as três cooperativas realizaram benfeitorias na sede Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) da cidade. Com aproximadamente 100 pessoas beneficiadas, a Apae de Pedro Afonso realiza trabalhos educativos, de inclusão, saúde e assistência social voltados a pessoas com deficiência. Por meio da intercooperação, somada à força do trabalho voluntário, necessidades antigas da Apae, como a substituição de telhas, colocação de forro no teto dos ambientes e manutenção predial de espaços foram viabilizados. “A Apae vivia com muita dificuldade. A partir da ação conjunta de nossas três cooperativas, ela ganhou um espaço maior, com salas reformadas e ambiente climatizado”, enaltece Elisângela Pereira, coordenadora administrativa e de desenvolvimento humano da Coapa,
- Arrecadação de recursos para a construção do Hospital de Amor do Tocantins, referência no tratamento de câncer que está sendo erguido em Palmas, capital do estado. A campanha – liderada pela Coapa – consiste na doação de parte da produção de soja da safra 2018/2019. Os grãos doados serão comercializados e, a verba, destinada à construção do hospital. Além dos produtores rurais, associados que trabalham com outras culturas também participam dessa corrente do bem.



Mulheres de diferentes cooperativas unidas por um mesmo ideal: fazer o bem

IMPACTO COMPROVADO

Confira o Índice de Desenvolvimento Humano de Pedro Afonso em comparação à média brasileira e ao estado do Tocantins

	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Tocantins	0,699	0,690	0,793	0,624
Pedro Afonso (TO)	0,732	0,699	0,846	0,664

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (Brasil – 2010)

“Muitos falaram que não era possível que um lixão se transformasse em algo tão bonito, como a praça ecológica que temos hoje. Esse projeto foi criando pernas, ganhando apoiadores, somamos forças com as cooperativas, que nos ajudam sempre

que precisamos”, comemora o garoto que, por meio do projeto, pode conhecer o mar em uma das viagens do grupo. “Foi uma viagem inesquecível. Sabíamos que éramos capazes de fazer, e fizemos”, completou. O projeto social, com a ajuda das

cooperativas, pretende ir mais longe, alçar voos maiores. Nesse ano, a viagem será com destino à Argentina e à tríplex fronteira. Até o momento, 80% do passeio estão pagos, tudo com dinheiro arrecadado com a coleta de material reciclável.



POR ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do Lide Agronegócio.

Ao completar 20 anos a serviço do cooperativismo, o Sescoop atende com excelência milhares de cooperativas brasileiras todos os anos, beneficiando direta e indiretamente 14 milhões de cooperados e cerca de 400 mil funcionários.

o S DO COOPERATIVISMO

O Ministro Paulo Guedes tem dito que pretende cortar parcela dos recursos do Sistema S por considerar que podem ocorrer abusos em sua aplicação. Tais recursos estariam sendo indevidamente usados, seja na construção de elegantes prédios sedes, seja em viagens ao exterior ou até mesmo em eventos muito sofisticados. Como cooperativista, posso falar com tranquilidade do nosso S, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Na OCB imperam a transparência dos dados e a correta aplicação dos recursos. Tanto que a unidade nacional do Sescoop nem ao menos tem sede própria, utilizando as dependências da Casa do Cooperativismo, em Brasília, para funcionar.

É igualmente importante lembrar que o TCU fiscaliza a aplicação dos recursos do Sistema S e, com certeza, está «de olho» em exageros eventuais, promovendo as necessárias punições com o rigor da lei em caso de desvios encontrados. E nem poderia ser diferente, visto que o Sistema S existe para capacitar e profissionalizar os diferentes setores da economia nacional.

Também vale esclarecer que os recursos do Sistema S não são públicos, e sim privados, correspondendo a 2,5% do montante da re-

muneração (folha de pagamento) das empresas de cada setor. No caso do Sescoop, por exemplo, são recursos gerados e repassados pelas cooperativas e têm como destino a criação de programas de capacitação profissional para trabalhadores de cooperativas e cooperados, qualificação da governança cooperativa, fortalecimento da cultura cooperativista e promoção de iniciativas de responsabilidade socioambiental.

Para bem cumprir todos esses papéis, o Sescoop trabalha com a autogestão determinada pelo inciso XVIII do artigo 5º da Constituição. Com o objetivo de mitigar riscos e potencializar os resultados nas cooperativas, nosso S estabeleceu uma visão integrada de governança cooperativa e de gestão, um verdadeiro modelo de direção estratégica fundamentado nos princípios cooperativistas e em consonância com os anseios dos cooperados.

Ao completar 20 anos a serviço do cooperativismo, o Sescoop atende com excelência milhares de cooperativas brasileiras todos os anos, beneficiando direta e indiretamente 14 milhões de cooperados e cerca de 400 mil funcionários. Nosso S é motivo de grande orgulho, trazendo resultados positivos e desenvolvimento para todo o sistema cooperativista, com benefícios para o Brasil.

DESDE QUE MARA GABRILLI CHEGOU AO CONGRESSO NACIONAL, CADEIRANTES E DEFICIENTES FÍSICOS GANHARAM UMA ALIADA QUE ENTENDE, POR EXPERIÊNCIA, A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE E DA INCLUSÃO

Mara Gabrielli



Uma senadora pela igualdade

Por Tchéréna Guimarães

Incansável. Esse é o adjetivo usado pelos amigos da senadora Mara Gabrielli, de São Paulo, para descrevê-la. E quando a gente começa a conhecer mais sobre ela, e sobre a sua trajetória, logo percebe o motivo de eles escolherem essa palavra.

Ser incansável faz parte da essência de Mara. Ela é assim. E cada detalhe da sua história revela essa personalidade. “Esse pique que ela tem, ela sempre teve”, conta Mansur Bassit, amigo de Mara há mais de 30 anos. “Na situação dela, ir pra Brasília toda semana nos últimos oito anos é realmente admirável”, exemplifica Mansur, referindo-se às viagens que Mara faz semanalmente entre São Paulo, cidade em que mora, e Brasília, onde cumpre agenda no Congresso Nacional – antes como deputada federal e, agora, como senadora.

Mara viu a sua vida dar uma enorme reviravolta quando tinha 26 anos. No dia 21 de agosto de 1994, sofreu um grave acidente de carro na rodovia Oswaldo Cruz, entre as cidades paulistas de Ubatuba e Taubaté. Ela estava no banco do passageiro, um amigo no banco traseiro, quando o motorista – seu então namorado – perdeu o controle do veículo em um local conhecido como “curva da

morte.” Foram 15 metros de quedas e capotamento. Viu tudo girar inúmeras vezes. “Lá embaixo, dei uma apagada e acordei com meu amigo gritando meu nome”, conta. “Eu sentia muita dor no pescoço, não lembro de ter sentido nada parecido.” O amigo e o namorado tiveram apenas arranhões.

Já fora do carro, o namorado tentava ajudá-la a encontrar uma posição até o resgate chegar. “Cada vez que respirava ou tentava mudar de posição, eu gritava de dor. Depois de duas horas e meia, chegou o bombeiro e falou: “Vou tirar você daí, imobilizar sua coluna e serrar o carro.” Ela, então, desmaiou novamente.

Mara ainda não sabia, mas havia ficado tetraplégica. Tinha quebrado o pescoço, na quarta e quinta vértebras cervicais, o que levaria a uma lesão medular da terceira à sexta vértebra, e a faria perder os movimentos do pescoço para baixo. “Algumas semanas após o acidente, quando recuperei a plena consciência, perguntei para o médico quais eram as chances de eu voltar a me mexer e ele me respondeu: 1%. Me deu uma alegria muito grande, porque 1% não é zero!”, lembra.

A vida não seria mais como antes. Mas incansável como é, logo tratou de se adaptar às mudanças. “Pensei que eu tinha muito trabalho pela frente. Sempre encarei tudo com muita naturalidade. É claro que ninguém imagina que vai sofrer um acidente, perder os movimentos de um dia para outro. Mas eu não fiquei buscando explicações nem motivos para ter acontecido comigo ou perguntando a Deus: ‘Por que comigo?’. Em nenhum momento fiquei contabilizando alguma coisa que pudesse ter perdido. Preferi me concentrar naquilo que eu podia ganhar. E estou assim até hoje”, conta.

Foram 50 dias na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Albert Einstein (São Paulo), precisando de aparelhos para respirar. Os amigos e familiares revezavam-se diariamente na sala de espera da UTI para visitá-la.

Logo que começou a respirar sozinha, seguiu para os Estados Unidos focada na reabilitação. A família tinha condições financeiras e pôde pagar o tratamento em um hospital referência em casos como o seu. Assim, foram mais dois meses e meio dedicando-se à recuperação até poder voltar definitivamente ao Brasil.

Ao chegar, sentiu o impacto da nova realidade. De cadeira de rodas, não conseguia se locomover pela casa dos pais e precisava de alguém todo o tempo auxiliando-a na movimentação. Foi, então, morar com uma amiga que tinha uma casa adaptada. E foi aí que finalmente caiu a ficha: ela não estava mais na própria casa, tinha um corpo diferente, que não respondia a seus comandos. Acabou perdendo as referências que tinha de antes.

Fotos: Acervo pessoal da deputada



“POR QUE COMIGO? EM NENHUM MOMENTO FIQUEI

Mara Gabrili carregou a tocha olímpica nas Paralimpíadas do Rio de Janeiro

Recomeço

Adaptar-se à cadeira de rodas foi difícil. Mara sempre foi agitada. Desde pequena, não parava quieta. Amava os movimentos. Se retorcia, dava piruetas, corria e pulava. A aula de educação física era uma verdadeira diversão. Cresceu assim.

A adolescência não foi diferente. Adorava os trabalhos braçais, inclusive tarefas como fazer faxina e lavar banheiro. “Quando fui morar sozinha, aos 18 anos, essa energia inesgotável já estava incorporada em meu dia. Reformei

meu apartamento inteiro sozinha. Lixei, passei massa fina, pintei paredes e teto”, diverte-se. Logo se apaixonou também pela corrida e começou a se desafiar, até o ponto de correr uma ultramaratona, de 101 quilômetros, na Itália.

A paralisia mudou, assim, toda a sua relação com o corpo, mas a essência continuava exatamente a mesma. “Nesse ponto, não era muito diferente de hoje, com exceção da autonomia dos movimentos que perdi. Sempre fiz questão de continuar a ter uma vida normal, com tudo o que eu gostava de fazer. Vou a restaurantes, shows, trabalho bastante e viajo.”

CONTABILIZANDO ALGUMA COISA QUE PUDESSE TER PERDIDO. PREFERI ME CONCENTRAR NAQUILO QUE EU PODIA GANHAR. E ESTOU ASSIM ATÉ HOJE”

O ritmo é tão intenso que é difícil acompanhar. A jornalista Adriana Perri, que trabalha com Mara há 19 anos, conta que é o tempo todo assim: “Ela tem um gás admirável! As campanhas [políticas], por exemplo, que são um momento totalmente intenso de atividade, ela não para nenhum dia. Ela é quem faz tudo. É a protagonista disso tudo. A equipe se reveza... Uma pessoa vai, acompanha uma viagem, outro dia é outro. E ela não, né? Ela, incansavelmente ali, na frente, liderando tudo.”

Geralmente, de terça a quinta-feira, Mara fica em Brasília participando das sessões no plenário e das comissões do Congresso Nacional. Quando está em São



Paulo, atende à população e recebe as demandas em seu escritório.

Ainda tem de conciliar o trabalho na política com uma rotina diária de cuidados obrigatórios à tetraplegia. De segunda a segunda, faz exercícios toda manhã, por no mínimo, duas horas diárias. “Se tenho um compromisso às 8h, acordo às 4h para me exercitar. Meu corpo precisa disso para suportar o longo dia de trabalho que vem pela frente”, explica. Apesar de morar sozinha, conta com uma cuidadora 24 horas ao lado.

“Para cuidar dos outros a gente tem que estar bem com a gente mesmo. Ela não descuida da

saúde dela, nem de toda a fisioterapia que ela faz. É muito disciplinada e eu acho que é por isso que ela consegue superar seus limites”, avalia o amigo Mansur.

A persistência sempre lhe rendeu boas conquistas. Uma delas aconteceu após 21 anos repetindo os exercícios indicados pelos médicos e fisioterapeutas: conseguiu mexer o braço. “Foi um sonho realizado, imensurável e inimaginável. O que senti foi proporcional à minha história. Algo que passeia por tudo que vivi”, comemora. A conquista permitiu que pudesse pilotar a cadeira de rodas motorizada e não dependesse mais de alguém para empurrá-la.”

Trajectoria política

Na época do acidente, Mara já era formada em Publicidade e Propaganda e cursava Psicologia. Após se recuperar do acidente, resolveu começar a clínica. “A experiência de ouvir as pessoas, ligada ao fato de passar a ter uma deficiência, me tornou mais comprometida com o coletivo. Me mostrou uma Mara que eu não conhecia: mais engajada, corajosa, com visão ampla sobre seu entorno. Hoje, penso em melhorar não só a minha vida, mas a de outras pessoas.”

A partir dessa preocupação com os outros, começou a entrar na política, sem ao menos perceber. Em 1997, fundou o Instituto Mara Gabrielli, organização não governamental de apoio a atletas do esporte paralímpico, que também realiza pesquisas científicas sobre paralisia e oferece orientação para desenvolvimento social de pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social.

Mas mesmo à frente de uma ONG, Mara não conseguia fazer tudo o que pretendia. “Vi que muitas pessoas sofriam com a falta de acesso aos lugares. E não só isso: faltava informação, faltavam serviços, faltava muita coisa. Então, decidi que já não fazia sentido trabalhar apenas para me sustentar. Era preciso fazer mais”, analisa.

Com o apoio e a insistência da mãe, resolveu, então, entrar de vez para a política, candidatando-se, em 2004, a vereadora na Câmara Municipal de São Paulo. Não foi eleita nesse primeiro momento, mas ficou como suplente.



Assinatura do termo de posse como senadora, em fevereiro de 2019

Foto: Acervo pessoal da deputada

“Mara não foi pra política para ter poder, dinheiro ou posição. Ela foi para dar a outras pessoas com deficiência a mesma chance que ela teve”, conta Mansur, que conhece Mara desde a adolescência e cursou faculdade de Publicidade com ela. “A Mara é uma pessoa que não precisava estar fazendo nada por ninguém. Ela poderia estar vivendo a vida dela sem preocupação nenhuma, mas ela escolheu esse caminho de entender a situação de quem tem dificuldades maiores que a dela... Sem estrutura, sem dinheiro ou sem família.” E orgulha-se: “Ela sempre foi aberta ao ser humano. Nunca fez diferenciação entre rico e pobre.”

Em 2005, Mara foi secretária da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. De 2007 a 2011,

vereadora na Câmara Municipal de São Paulo. Naquele mesmo ano, assumiu o primeiro mandato como deputada federal por São Paulo. Reeleita, seguiu no mandato até 2018. Como deputada, protocolou 57 projetos de lei, duas propostas de emenda à Constituição e foi relatora de 17 projetos de lei. Foi autora de importantes emendas em projetos do Governo, como no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Também foi relatora da Medida Provisória nº 550/2011, que concede crédito para financiamento de produtos e serviços de tecnologia assistiva.

Em 2018, recebeu o Prêmio Congresso em Foco de melhor parlamentar do Estado de São Paulo e, no ranking nacional, ficou em

4º lugar. “A Mara é uma pessoa exigente. Não de cobrança, mas de querer a coisa bem feita”, revela a jornalista Adriana, que faz parte de sua equipe. “Ela é a primeira a chegar e a última a sair.” Em 2018, foi eleita senadora com mais de 6 milhões de votos.

A acessibilidade sempre foi uma das suas principais pautas. Essa atenção ao tema continuará no Senado Federal. “Entrei na política para trabalhar pelos mais vulneráveis, pelas pessoas com deficiência, pelos discriminados, e esse trabalho me gabaritou para trabalhar por todo e qualquer cidadão. Agora é hora de expandir o trabalho que venho realizando há tantos anos. Muita coisa precisa ser aprovada no Congresso, pra gente recolocar o Brasil no rumo do cres-

cimento e do desenvolvimento.” Mara explica que a legislação brasileira é uma das melhores, mas que ainda é preciso tirá-la do papel e aplicá-la na prática. “Também precisamos impedir retrocessos de direitos já adquiridos nessa área. E isso se faz, muitas vezes, nos bastidores, com muita conversa e convencimento.”

Acessibilidade e mercado de trabalho

Para Mara Gabrielli, a inserção no mercado de trabalho é uma das principais formas de dar dignidade às pessoas com deficiência. “Provar que se é capaz quando se tem alguma deficiência física ou intelectual não é nada fácil. São vários obstáculos para superar: a falta de tecnologias assistivas, as barreiras físicas dos espaços.”

A senadora entende que não basta ofertar vagas de emprego a pessoas com deficiência, se antes de chegar ao local de trabalho, por exemplo, elas não tiverem acesso a reabilitação e educação devido à falta de acessibilidade. “Não é por acaso que essas pessoas chegam ao mercado sem qualificação. E aí nasce o grande gargalo: as empresas não contratam porque alegam a falta de capacitação, mas, sem oportunidades, como estas pessoas conseguirão se capacitar?”, questiona.

A Lei Brasileira de Inclusão, que entrou em vigor em 2016 e teve Mara como relatora, foi um importante marco nesse sentido. Pelo texto, ficou determinado, por exemplo, que todos os pro-

gramas de estímulo ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao trabalho autônomo, devem prever a participação da pessoa com deficiência. De acordo com a LBI, cabe ao Poder Público disponibilizar linhas de crédito para incentivar a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Os empreendedores, assim, também possuem um papel importante nessa inserção: “Definitivamente, as empresas e cooperativas brasileiras precisam apostar mais nesse mercado e investir no potencial da pessoa com deficiência.” Para a senadora, existe “um imenso mercado a ser explorado com novas oportunidades de negócios em soluções para calçadas e mobilidade urbana, projetos culturais, de lazer, de turismo inclusivos, de educação e formação, de tecnologias assistivas, tecnologias digitais, apoios e suportes.”

Investir em acessibilidade é completamente “necessário”, segundo Mara. “Esse é um tema de preocupação mundial. A falta de acesso impacta negativamente a qualidade de vida de qualquer cidadão, em qualquer país do mundo, e vai além das pessoas com deficiências, devido ao processo de envelhecimento da população. Não podemos nos esquecer de que o principal objetivo da Agenda 2030 da ONU é não deixar ninguém para trás.” E finaliza:

“O Brasil está vivendo uma das maiores crises econômicas e sociais de nossa história. E já foi demonstrado que as cooperativas são mais resilientes diante de crises e conseguem beneficiar todos seus membros. Por isso é fundamental promover políticas públicas que favoreçam e fortaleçam a cooperação para objetivos em comum.”

POR QUE AS COOPERATIVAS PRECISAM DE UM SINDICATO FORTE?

Flexibilidade! Essa é a palavra que melhor define o futuro do mercado de trabalho brasileiro. Daqui pra frente, na hora de fechar uma contratação, será necessário sentar à mesa para negociar um acordo que satisfaça tanto o empregado quanto o empregador. E o que ficar decidido entre ambos é o que valerá nos tribunais. Com isso, espera-se reduzir o imenso volume de ações abertas na Justiça Trabalhista.

Dentro desse novo cenário, os **sindicatos patronais** ganham uma nova e maior relevância. Cabe a eles prestar assistência às cooperativas nas negociações coletivas a fim de estabelecer uma relação equilibrada entre quem trabalha e quem emprega. Tudo isso, sem deixar lacunas capazes de gerar riscos e questionamentos na Justiça.

Para as cooperativas, a possibilidade de estabelecer relações de trabalho mais modernas e seguras é de grande valor. Especialmente se considerarmos as particularidades do nosso modelo de negócios.

Sindicatos Patronais são entidades que representam os empregadores, enquanto categoria econômica, perante o governo e os sindicatos de trabalhadores.

DEPOIS DA REFORMA TRABALHISTA, OS ACORDOS ENTRE EMPREGADOS E EMPREGADORES PASSARAM A TER MAIS VALOR DO QUE AS CONVENÇÕES COLETIVAS. QUEM SENTA À MESA DE NEGOCIAÇÃO AMPARADO POR UM SINDICATO TEM MAIS SEGURANÇA PARA FAZER BONS ACORDOS



“Dentro de uma cooperativa, os colaboradores muitas vezes também são sócios do negócio. Então, não existe uma separação clara entre os interesses do empregador e dos empregados”, explica Manfred Dasenbrock, presidente da SicrediPar e da Central Sicredi PR/SP/RJ. Justamente por isso, é preciso buscar acordos que tragam retornos positivos para o cooperado e para a cooperativa no curto, no médio e no longo prazos. E esse é o papel primordial dos sindicatos patronais: representar os interesses da categoria econômica das cooperativas.

Ainda segundo Dasenbrock, é muito importante que as representações sindicais do empregado e do empregador possam sentar ao redor de uma mesa e combinar o que fica melhor para todos. “Nós, como dirigentes, precisamos entender que estamos juntos com os colaboradores no mesmo barco. Tudo o que for combinado com eles, e seja capaz de ajudar no cumprimento da missão e na manutenção dos valores cooperativistas, também será muito importante para a cooperativa”, completa.

Mudanças à vista

Com a modernização da legislação trabalhista, as cooperativas agora podem estabelecer contratos de trabalho sob medida para cada necessidade. Pode-se negociar com o empregado, por exemplo, que trabalhe fora das dependências do empregador (teletrabalho), que seja remunerado por desempenho, que cumpra horários flexíveis e muito mais. “O que queremos, em uma cooperativa, é ter um ambiente com pessoas felizes. Para isso, precisamos estabelecer uma relação moderna e de confiança com cada colaborador”, explica o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas.

Manfred Dasenbrock, que preside um sindicato de cooperativas de crédito, concorda e acrescenta: o principal desafio dos sindicatos de cooperativas é ajudar a reconstruir a relação entre os empregados e empregadores. “Quem

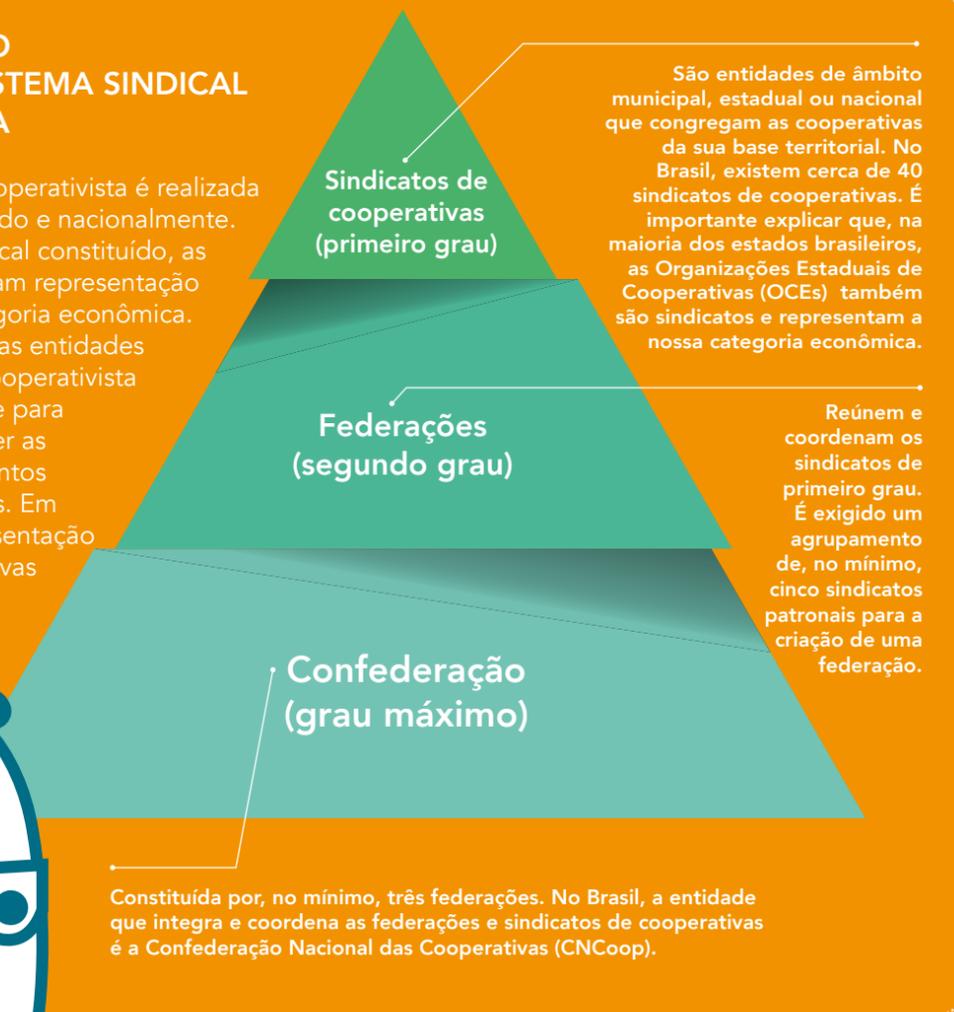
contrata está, hoje, numa posição defensiva em relação aos trabalhadores. Nas últimas décadas, houve uma judicialização sem precedente das relações de trabalho. E o empregador era sempre acusado e atacado nesses processos. Essa atitude defensiva tem de ficar no passado. Com o apoio dos sindicatos, temos de começar a construir uma nova relação de confiança entre as partes, exercitando as mudanças previstas pela reforma trabalhista”, afirma.

Para ambos os dirigentes, as entidades que compõem o Sistema Sindical Cooperativista (veja quadro) têm de atuar juntas para fazer a correta interpretação da reforma trabalhista. Opinião compartilhada pelo presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do estado do Mato Grosso do Sul (OCB/MS), Celso Regis. Para ele, foram abertas oportunidades que precisam ser aproveitadas para aumentar a qualidade dos ambientes de trabalho e de negócios nas cooperativas.

“Os sindicatos, as federações e a CNCoop precisam ajudar as cooperativas a entenderem o que pode ser feito a partir de agora em relação à contratação de pessoas. É preciso promover seminários sobre essas novas modalidades de trabalho e olhar para o papel das lideranças cooperativistas nesse novo cenário”, sugere Regis.

ENTENDA COMO FUNCIONA O SISTEMA SINDICAL COOPERATIVISTA

A atuação sindical cooperativista é realizada no município, no estado e nacionalmente. Sem um sistema sindical constituído, as cooperativas não teriam representação específica como categoria econômica. Além disso, somente as entidades do sistema sindical cooperativista possuem legitimidade para representar e defender as cooperativas em assuntos sindicais e trabalhistas. Em todo o Brasil, a representação sindical das cooperativas ocorre em três níveis:



Vale destacar: o sistema sindical das cooperativas é parte integrante do Sistema OCB, que é composto por três entidades: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop).

Agora que você já conhece o Sistema Sindical Cooperativista, encontre o seu sindicato e faça parte dele. Afinal, uma categoria unida, precisa ter um sindicato forte e representativo!



Regime de contribuição

O Sistema Sindical Cooperativista é mantido pelas cooperativas brasileiras, por meio de uma contribuição paga anualmente em favor dos sindicatos, das federações e da CNCoop. Antes da reforma trabalhista, a Contribuição Sindical era compulsória e paga sempre no mês de janeiro

Já a Contribuição Confederativa, que passará a ser cobrada pelos sindicatos de cooperativas a partir de junho de 2019, terá uma parcela a deduzir de 20% em relação à Contribuição Sindical Patronal e vencimento somente no mês de junho – quando exis-

te maior folga orçamentária nas cooperativas. Diferentemente da Contribuição Sindical, o valor da Contribuição Confederativa será totalmente revertido em prol do Sistema Sindical Cooperativista.



“O QUE QUEREMOS, EM UMA COOPERATIVA, É TER UM AMBIENTE COM PESSOAS FELIZES. PARA ISSO, PRECISAMOS ESTABELECEER UMA RELAÇÃO MODERNA E DE CONFIANÇA COM CADA COLABORADOR”

MÁRCIO LOPES DE FREITAS,
Presidente do Sistema OCB

SOMOS COOP?

Na avaliação de Manfred Dasenbrock, a mudança no modelo de contribuição do Sistema Sindical será positiva para todos. “Muitas cooperativas confundiam a contribuição sindical, revertida para os sindicatos, com a contribuição cooperativista, destinada às organizações estaduais. Outras, achavam que tudo era a mesma coisa. Agora, ficará claro que a contribuição da OCE é paga em janeiro, e a dos sindicatos somente em junho, o que dá maior conforto orçamentário para a cooperativa”, avalia.

A Contribuição Confederativa – implementada a partir deste ano – não é obrigatória, mas é fundamental que continue a contar com a adesão de todas as cooperativas, diz Márcio Lopes de Freitas. “Temos de manter a atual adesão ao Sistema Sindical Cooperativista para ficarmos ainda mais fortes enquanto categoria econômica.”



O presidente da SicrediPar acredita que a base cooperativista continuará contribuindo com o Sistema Sindical, como sempre fez. “Já que está sendo tudo combinado entre as partes e os valores são acessíveis, o dirigente consciente perceberá que esses recursos serão revertidos em benefício de todos. E cooperativismo é isso: a união do grupo para a construção de algo maior e melhor.”

ENTENDA AS DIFERENÇAS ENTRE A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E A CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

SISTEMA SINDICAL COOPERATIVISTA REGIME DE CONTRIBUIÇÕES – TABELA COMPARATIVA		
	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA
Base Legal	Artigo 578 e seguintes da CLT	Artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal e Artigo 513, alínea “e” da CLT
Forma de pagamento	Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana (GRCSU) emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF	Boleto Bancário emitido pelo Sindicato de Cooperativas (1º grau)
Base de Cálculo	Capital Social da Cooperativa	Capital Social da Cooperativa (com parcela a deduzir de 20% sobre o valor calculado)
Forma de Rateio	(Artigo 589, inciso I da CLT) Sindicato de Cooperativas: 60% Federação: 15% Confederação: 5% Conta Especial Emprego e Salário (Governo Federal): 20%	(Resolução Normativa CNCoop nº 001, de 13/12/2018) Sindicato de Cooperativas: 70% Federação: 20%; Confederação: 10%
Vencimento (anuidade)	31 de janeiro	30 de junho
Valor da contribuição para uma cooperativa com R\$ 150 mil de capital social	R\$ 454,73	R\$ 359,02

O QUE O SISTEMA SINDICAL PODE FAZER POR SUA COOPERATIVA?



EIXO JURÍDICO

- **Assessoria e consultoria jurídicas nas áreas trabalhista e sindical** – cabe à representação sindical oferecer orientação jurídica nessas áreas com atendimento personalizado às cooperativas. Para isso, contamos com profissionais especializados.
- **Câmara de mediação** – os sindicatos de primeiro grau estão se especializando para atuar na conciliação de conflitos que envolvam cooperativas, buscando sempre uma solução amigável.

na aquisição de produtos e/ou serviços. Isso inclui, também, descontos para adquirir uma ferramenta eletrônica de assessoria em licitações.

- **Qualificação de equipes** – a realização de palestras, cursos e workshops técnicos é outro diferencial do sistema sindical. São ações voltadas à qualificação dos dirigentes de cooperativas e de seus colaboradores sobre os principais aspectos do sindicalismo e das relações trabalhistas.
- Representação em comitês e grupos de trabalho – está prevista a criação de comitês internos sobre relações trabalhistas e direito sindical nos sindicatos de cooperativas de primeiro grau. A ideia é reunir, nesses grupos, profissionais para estudo e discussão dessas matérias dentro de uma ótica local.

relacionados à representação sindical, oferecemos cursos específicos sobre o assunto. O objetivo é discutir temas como a organização sindical, os conflitos dessa representação e as melhores formas de mediá-los. Para completar, são estudados os aspectos legais da representação sindical.

- **Publicações sindicais** – também elaboramos cartilhas, informes, comunicados e boletins especiais sobre assuntos relacionados ao sindicalismo e as mais recentes alterações de leis e regulamentações da área trabalhista e sindical. Assim, sua cooperativa fica sempre por dentro do que está mudando na relação empregado-empregador.



EIXO NEGÓCIOS

- **Assistência em negociação coletiva** – após a aprovação da Reforma Trabalhista, as convenções e os acordos coletivos de trabalho ganharam mais força e visibilidade. Mas para assinar instrumentos benéficos para todos, são necessários habilidade negocial e conhecimento jurídico. A representação sindical cooperativista tem tudo isso e estará sempre ao lado da sua cooperativa.
- **Convênios e licitações** – os sindicatos possuem convênios que garantem às nossas cooperativas – enquanto Pessoas Jurídicas – descontos



EIXO INTELIGÊNCIA SINDICAL

- **Catálogo de boas práticas sindicais** – vamos reunir nessa cartilha iniciativas desenvolvidas no meio sindical que podem ser replicadas e, certamente, servirão de bússola para o fortalecimento da nossa categoria econômica como um todo.
- **Capacitação sindical** – para alinhar os conhecimentos



EIXO ADMINISTRATIVO

- **Banco de talentos** – disponibilização de uma plataforma on-line, no site dos sindicatos, para cadastro de profissionais que desejam trabalhar no setor cooperativista, com acesso aberto às nossas cooperativas. E elas também podem divulgar vagas para compor o seu quadro de funcionários.
- **Estrutura física** – os sindicatos também oferecem espaços para as cooperativas realizarem eventos e palestras, mediante reserva.

Construindo, juntos, o futuro do cooperativismo

CCB



somosCCOOP»

Nosso compromisso
é desenvolver pessoas
para desenvolver cooperativas
para desenvolver o Brasil.



Só em 2018, foram mais de 500 mil pessoas capacitadas profissionalmente, cerca de 3 milhões de pessoas beneficiadas em ações de responsabilidade socioambiental e promoção social e 2 mil cooperativas assessoradas. **Vem com a gente.**

somoscooperativismo.coop.br

f t ● ● /sistemaocb

Promovendo mudanças
que impulsionam o país.





Minuto Coop



Toda **quinta-feira**,
um vídeo com
as principais novidades
do cooperativismo
no Brasil.

Para não perder nada, siga nossas redes sociais:



sistemaocb